

# Diário do Legislativo de 22/07/2010

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATA

1.1 - 49ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

### 2 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATA

ATA DA 49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 15/7/2010

Presidência dos Deputados Alberto Pinto Coelho e Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Sargento Rodrigues; aprovação - Questões de ordem - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.136/2010; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.143/2010; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 61/2010; discurso do Deputado Adelmo Carneiro Leão; apresentação da Emenda nº 2; encerramento da discussão; discursos da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado Tenente Lúcio; votação nominal do projeto, salvo emendas; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação nominal da Emenda nº 1; aprovação; questão de ordem; leitura e votação nominal da Emenda nº 2; aprovação - Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2010; discurso do Deputado Antônio Júlio; encerramento da discussão; votação nominal da proposta, salvo emenda; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação nominal da Emenda nº 1; aprovação - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.576/2010; discursos dos Deputados Adelmo Carneiro Leão e Weliton Prado; encerramento da discussão; requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão; deferimento; votação do projeto, salvo emendas, subemendas e destaque; aprovação; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; chamada para recomposição do número regimental; inexistência de quórum para votação; suspensão e reabertura da reunião; existência de quórum para votação; renovação da votação do projeto, salvo emendas, subemendas e destaque; aprovação; votação das emendas e subemendas com parecer pela aprovação, salvo destaque; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 1, 6, 15, 20, 21, 24, 25, 29, 33, 35, 44, 49, 63, 75, 81, 86, 87, 99 e 106; votação das Emendas nºs 2, 4, 5, 7 a 14, 16, 17, 26 a 28, 36 a 43, 45 a 48, 50 a 62, 64 a 74, 76 a 80, 82, 83, 85, 88 a 98, 100 a 105 e 107 a 112; rejeição; discurso do Deputado André Quintão; votação da Emenda nº 31; aprovação; prejudicialidade da Subemenda nº 1 à Emenda nº 31 - Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Pareceres de Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2010, dos Projetos de Lei Complementar nºs 61 e 62/2010 e dos Projetos de Lei nºs 4.136, 4.143, 4.641 e 4.576/2010; aprovação - Declarações de voto - Questão de ordem - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## 1ª Parte

### Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que os Projetos de Lei nºs 4.136 e 4.143/2010, o Projeto de Lei Complementar nº 61/2010, a Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2010 e o Projeto de Lei nº 4.576/2010 sejam apreciados nessa ordem. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

### Questões de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, faremos um esforço concentrado e, para que tenhamos quórum, já feita a inversão da pauta, sugiro que suspenda a reunião por alguns minutos. Sr. Presidente, inicialmente, sugeriria a V. Exa. que suspendesse esta reunião e fizesse o chamamento dos Deputados que ainda se encontram nos gabinetes, tendo em vista o quórum qualificado que requerem as matérias. Contudo, a pedido do Líder do Governo, penso que poderemos continuar a sequência da pauta, com os projetos de lei ordinária, pois, durante o processo de votação, haverá tempo para que os Deputados cheguem ao Plenário e votem as matérias que exigem quórum qualificado. Atendendo à solicitação do Líder do Governo, solicito, então, a V. Exa. que dê sequência aos trabalhos.

O Deputado Weliton Prado - Gostaria de seguir a mesma linha. Hoje estão na pauta dois projetos muito importantes e, aliás, estão presentes os policiais militares. Um deles é o Projeto de Lei Complementar nº 61, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 5.301, de 16/10/69, e contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais. Apresentei requerimento para que fosse apreciado em primeiro lugar, fazendo-se a inversão da pauta. O projeto já está pronto para ser votado em 2º turno, e solicitamos a inversão da pauta para que seja apreciado em primeiro lugar na pauta. A Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO -, de acordo com o requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, deverá ser apreciada em último lugar. Assim, antes da LDO, votaremos, em 2º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 59, que altera a Constituição do Estado e estabelece, como carreira jurídica militar do Estado de Minas Gerais, a dos oficiais da Polícia Militar e exige, como requisito para ingresso no quadro de oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais, formação em Direito. Então, solicitamos que a LDO seja apreciada em último lugar, porque sabemos que, do ponto de vista regimental, sem votá-la o Parlamento não pode entrar em recesso. Então, quero garantir que realmente votemos essas duas matérias importantes e também os outros projetos de lei, em primeiro lugar, a fim de darmos andamento aos trabalhos desta Casa. Também aproveito a oportunidade para parabenizar o conjunto das forças de segurança pública do Estado de Minas Gerais, pois penso serem muito importantes a mobilização nesta Casa e o acompanhamento de todos os partidos políticos e todas as lideranças. Sabemos que hoje uma das maiores preocupações da população é o aumento da violência e da criminalidade, para as quais realmente deve haver ações firmes por parte dos governos. Mas não acho que só essa questão estrutural seja fundamental, pois também devemos garantir a valorização dos trabalhadores, garantir-lhes salários dignos. Estiveram recentemente, nesta Casa, os servidores da segurança pública, os agentes administrativos da Polícia Civil, a Polícia Civil e os servidores da educação, que se mobilizaram de forma muito firme e em defesa dos seus direitos pela aplicação do piso nacional da educação neste Estado. Agora, os policiais militares, de forma muito firme, ocupam esta Casa para levantar bandeiras já antigas do movimento, e a aprovação por parte desta Casa e do conjunto dos Deputados fará justiça ao movimento. Sempre falamos que é fundamental participação e união. Esta Casa realmente tem que fazer valer o seu nome de Casa do povo, e os movimentos, as entidades e os vários segmentos do Estado devem vir mais para a Assembleia Legislativa praticar sua cidadania, pois este é o espaço fundamental de diálogos, debates e um instrumento de pressão. Sempre falamos: o parlamento é igual a feijão, funciona sob pressão. Essa mobilização é muito importante. Vários projetos importantes estão na pauta, e temos possibilidade de aprová-los para darmos encaminhamento ao recesso parlamentar, a fim de não acontecer o que aconteceu no Congresso Nacional, em anos anteriores, em que a LDO não foi votada e atrapalhou os investimentos orçamentários. Então, agradeço e faço esse encaminhamento para votarmos o Projeto de Lei Complementar nº 61 em primeiro lugar.

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.136/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a alienar o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores escritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.136/2010 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.143/2010, do Governador do Estado, que autoriza a Universidade do Estado de Minas Gerais a doar, com encargo, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores escritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.143/2010 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 61/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 5.301, de 16/10/1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão\* - Bom dia, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, caro Presidente e demais componentes da Mesa da Assembleia de Minas. Quero saudar os servidores e as servidoras da Casa e, com muito apreço e carinho, a Polícia Militar de Minas Gerais. Não faremos um debate, mas quero iniciar a discussão, talvez para não criar nenhuma expectativa quanto ao voto, dizendo que, em relação à Emenda à Constituição nº 59 e ao Projeto de Lei Complementar nº 61, meu voto será contra, e justificarei o porquê.

Quero dizer, de modo muito especial para a Polícia Militar de Minas Gerais, que a valorização dos policiais, dos bombeiros, dos servidores públicos, carreira especificamente de Estado, é algo urgente e necessário, extremamente importante.

Se esse projeto de lei, em seu conteúdo, em sua dimensão, pudesse expressar essa valorização, votaria tanto no Projeto de Lei Complementar

nº 61 quanto na Proposta de Emenda Constitucional nº 59. Mas considero que têm armadilhas perigosas para o Estado e para a Polícia Militar de Minas Gerais, e quero tratar disto.

Fui escolhido pela minha bancada - antes era Bloco Parlamentar PMDB-PCdoB e PT - para fazer essa discussão. Na primeira reunião que fizemos para dar continuidade a esse processo, como não houve discussão, fiz um encaminhamento e votei para que o processo pudesse caminhar, com a esperança e a determinação de que essa questão fosse discutida nos momentos seguintes. Senhores policiais, homens e mulheres da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, nenhuma única discussão aprofundada foi feita sobre essa questão tão importante, tão significativa para Minas Gerais e para a Polícia Militar. A primeira condição por que não darei voto favorável é que falta uma discussão mais aprofundada, mais detalhada desse tema, para que possamos conhecer definitivamente as razões dos dois projetos, o de lei complementar e a emenda constitucional. Essa é uma questão extremamente importante para ser votada sem discussão. Não é possível que nós da Assembleia Legislativa, que temos responsabilidades com a organização do Estado, com o presente e com o futuro, não façamos uma discussão detalhada, aprofundada de um tema tão expressivo e tão significante. Vi aqui, caros amigos policiais, caras amigas policiais, muitos Deputados manifestando um certo desconforto em relação a essa questão. Talvez estejam votando hoje com esse desconforto ainda presente, porque duvido que o convencimento seja definitivo sobre esse tema.

Fiz algumas discussões importantes. Estive no Crea, onde mais de 10 entidades participaram do debate, instituições importantes que fazem parte da Polícia Militar de Minas Gerais: engenheiros, enfermeiros, administradores, diversos setores do conhecimento das mais diferentes áreas. Não voto nesse projeto favoravelmente porque ele transforma o quadro de oficiais da Polícia Militar em um corpo essencialmente jurídico de advogados; não voto porque isso diminui a Polícia Militar de Minas Gerais, não a engrandece, não a aumenta, não lhe acrescenta. Na realidade, a diminui, a restringe; transforma o quadro de oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais em um quadro de oficiais de advogados. Existem pessoas importantes nas mais diferentes áreas - informática, engenharia, saúde - que, compondo a estrutura do quadro de oficiais da Polícia Militar, de dirigentes, não dos quadros específicos apenas, podem e dão uma dimensão plural, a dimensão que a Polícia Militar de Minas Gerais deve ter: grande, como é o tamanho do Estado, do ponto de vista das mais diferentes áreas. Se a Polícia Militar precisa ter, e entendo que é importante e necessário, um corpo jurídico, não precisa desse projeto de lei, que é restritivo. Pode ter como tem atualmente: uma carreira jurídica específica, um quadro, uma diretoria, o que é absolutamente saudável e faz parte da sua pluralidade. Mas, restringir a advogados o quadro de oficiais com alguns argumentos que só me convenceram do contrário, argumentos de que a polícia é operadora do direito e, por isso, seu quadro tem que ser constituído de advogados ou de bacharéis em Direito, é como se nós outros deste Estado e deste país não fôssemos operadores do direito.

Não precisamos ser advogados para ser operadores do direito; precisamos ter compromisso com o que construímos em nosso Estado, em nosso país, em nossa história. Minha cara Deputada, ninguém precisa ser operador do direito para, por exemplo, defender os direitos fundamentais das pessoas. Ninguém precisa ser formado em Direito, ser advogado para compreender - não a lei - os limites das relações humanas, em que os fundamentos éticos e a nossa evolução civilizatória e histórica estabelecem a relação entre o nosso poder e o daquele a que estamos submetidos. Não é o policial que vai abordar, que vai prender, que vai relacionar-se com a sociedade, o Sargento ou o Tenente, que serão formados em Direito. Esses serão operadores do direito, todos eles, e assim deve ser.

Nesse sentido, a Polícia Militar de Minas Gerais está evoluindo cada vez mais. Todos os seus agentes são operadores do direito. A Polícia Militar está cada dia melhor, evoluindo cada vez mais, sendo mais respeitada, mais estruturada e mais respeitosa em suas relações. A cada dia e com mais dignidade, exerce o poder que lhe é concedido. Para valorizar, para desenvolver, para dignificar a Polícia Militar não é preciso que esta proposta de emenda à Constituição seja aprovada: é preciso sim discutirmos as funções e a valorização da Polícia Militar. O Congresso Nacional votou a Proposta de Emenda à Constituição nº 300, que estabelece novos patamares salariais, o que é extremamente importante, fundamental. Quem os inspira, o patrono de vocês, é o nosso maior herói. É meu, dos mineiros e dos brasileiros, dele nos orgulhamos muito e nos miramos na sua coragem, determinação, amor à Pátria, por tudo que fez. Ele não é advogado, mas é um grande operador do direito.

Fico apreensivo com essa questão. Em determinado momento de minhas conversas com vários movimentos sociais e várias pessoas, manifestou-se a apreensão de que nos colocarmos opostos a essa situação poderia significar algum risco, poderia gerar algum temor. Digo a vocês que não tenho temor algum, pois conheço a Polícia Militar de Minas Gerais e sei das relações que devemos uns aos outros. Não havemos de nos temer, nem eu à Polícia, nem a Polícia a mim. Temos uma relação de respeito de posições. Não estou falando em nome de bancada ou partido, mas como representante do povo de Minas Gerais. Talvez eu seja o único a votar contra o projeto de lei complementar e contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 59. Eu poderia sair e não votar; poderia ausentar-me, mas tenho um dever, como representante do povo de Minas Gerais. Ouvi conselhos dos meus colegas médicos e dos meus amigos engenheiros, que me informaram que esse projeto é restritivo; diminui; não ajuda; não engrandece; não fortalece, ou seja, não valoriza a Polícia de Minas Gerais.

É preciso deixar isso registrado, mesmo que seja incômodo e cause contrariedade. Deixo aqui registrado a todos vocês, policiais militares de Minas Gerais, que esse é o meu compromisso. O Deputado Sargento Rodrigues, o representante maior de vocês nesta Casa, tem feito essa representação com intensidade e dignidade tão extraordinárias que merece o aplauso da Polícia Militar. Ele sabe muito bem de todos os passos dados nesta Casa para a valorização da Polícia Militar. Não estive distante de nenhum desses passos nem contrário a eles. Hoje, sou contrário não para desvalorizar, mas para valorizar.

Aqui não tratarei de uma questão que foi exposta com certa insistência. Não aprofundarei nisso, mas gostaria de explicitar a questão neste momento. O argumento de que a Polícia Militar de Minas Gerais precisava desse voto e de ser elevada a essa condição para se igualar à Polícia Civil de Minas Gerais é extremamente falho, fraco e ruim. A Polícia Militar de Minas Gerais não é menor que a Polícia Civil de Minas Gerais nem se fará igual ou maior, mas diferente, pois tem funções diferenciadas e múltiplas. Algumas funções são próximas e cooperativas. Nesse caso, é necessário um esforço enorme. Deputado, está faltando comando, principalmente do dirigente maior do Estado, para se estabelecer a unidade, a integração entre as polícias, e não a sua unificação. Se for necessário, poderemos discutir até a unificação, mas, em consideração ao que são a Polícia Civil e a Polícia Militar, temos de discutir os seus diferentes papéis, os complementares e os comuns, para que ambas possam atuar, a fim de que o nosso Estado se torne mais seguro, mais tranquilo, mais próspero e, verdadeiramente, um espaço onde o direito possa ser operado e exercido plenamente, independentemente da formação acadêmica. Talvez, se pudéssemos nos aprofundar mais no debate e na discussão, eu poderia ser convencido, mas nenhum argumento apresentado até este momento serve para me convencer dessa condição. Estou convencido de que isso reduzirá o tamanho da Polícia Militar de Minas Gerais, no que diz respeito à sua função.

Trago algumas reflexões importantes. No quadro da Polícia Militar de Minas Gerais, há oficiais, médicos, enfermeiros, certamente engenheiros e pessoas que trabalham com logística, organização e planejamento, cargos que exigem outras e importantes formações. Se o quadro de oficiais da Polícia Militar, que está sendo constituído, se restringir à formação em Direito, nenhum engenheiro, técnico em logística ou administrador - e a polícia exige esse conhecimento - será constituinte do seu quadro maior. Se tratarmos a questão salarial, neste momento da história de Minas Gerais, com a lógica que a está conduzindo, para que os oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais sejam equiparados, em carreira jurídica, aos demais quadros das carreiras jurídicas do Estado, como as de Promotor de Justiça, de Juiz, de Desembargador e de Defensor Público - e estão caminhando para isso -, veremos que esse argumento é forte e importante.

Tive a oportunidade de dialogar também com oficiais da Polícia Militar, que disseram que uma das questões que mais incomodam neste Estado são as relações salariais absolutamente indecentes. Deputado Sargento Rodrigues, Srs. Deputados e senhores telespectadores, muitos, no Estado, têm de trabalhar no serviço público durante 5 anos, 8 anos e, às vezes, 10 anos, para receber o que outro servidor recebe em um mês.

Isso é absolutamente inaceitável e inconcebível. Se quisermos um Estado civilizado - e isso não é civilizado -, temos que tratar de relações salariais mais próximas. Entre o Soldado e o Comandante, entre o professor e o Deputado ou entre um Diretor desta Casa ou um

Desembargador, as relações não deveriam ser tão absurdas como são hoje. É preciso que essas relações sejam mais próximas para que todos entendam que a questão salarial não pode ser a mais decisiva para diferenciar as pessoas. Milhares de pessoas, no Estado de Minas Gerais, recebem um salário insuficiente para atender o fundamento do mínimo constitucional, que lhe dá as condições necessárias para comer, para vestir, para morar, para estudar, para cuidar da saúde e até para o lazer. É isso que está na nossa Constituição. Há muitas pessoas que discutem o cumprimento e o descumprimento da Constituição. A nossa Constituição é muito programática, mas muito do que é programático é esquecido. E ela vale, é aclamada, e é exigido que ela seja cumprida para atender, principalmente, os interesses das elites. Mas, quando é para atender o povo, para promover a justiça e a justa distribuição das riquezas deste país, ela é esquecida.

Há 10 anos a maioria dos Deputados ajudou na elaboração e na votação da Emenda Constitucional nº 29, que trata da saúde e deveria ter sido regulamentada em 2005, para tratar da aplicação dos recursos públicos, mas não foi regulamentada até hoje. Como não foi regulamentada, muitas pessoas dizem que não é preciso cumpri-la. São 10 anos.

Quero tratar dessas questões com muito carinho com a nossa valorosa e digna Polícia Militar de Minas Gerais. Sei dos anseios e dos desejos de vocês. Sei o que pode estar significando nas mentes e nos corações de vocês essas propostas que estão aqui. Vocês merecem mais do que isso. Quero ver a Polícia Militar de Minas Gerais valorizada.

Considero que, sem luta não há conquista, mas a nossa luta é maior do que isso, pois é inspirada pelo nosso patrono e pelo nosso herói. Precisamos estabelecer relações, do ponto de vista da segurança pública, muito mais avançadas do que isso. Não vejo o governo que está aí atuando de maneira efetiva diante da situação que estamos assistindo, que é uma violência brutal de pessoas que estão fora do quadro, preparando gente que está dentro do quadro de servidores do Estado. Onde é que está o comando deste Estado? O que foi feito até agora? Isso não pode acontecer. É como na medicina: quando há um tumor, uma infecção grave ou uma gangrena - os Deputados médicos, como o Doutor Ronaldo, sabem muito bem disso -, não podemos esperar muito tempo, temos que debridar rápido. Há gangrena na estrutura do Estado, e é preciso debridá-la logo, senão não avançaremos. Sei que às vezes pode doer, pode contrariar, mas, se eu estiver errado, estou sozinho ou talvez com poucos de nós. Mas, se essa reflexão tiver sentido para a construção e para a constituição do Estado com que eu sonho, e sei que vocês também sonham, talvez não tenhamos que terminar aqui ganhando ou perdendo essa proposição, temos que seguir em frente.

Há mais questões importantes que devem ser tratadas nas relações e funções da Polícia Militar de Minas Gerais, nas funções de Estado, onde ela teve e tem papel importante. E eis a pergunta que devemos responder como Estado: qual ou quais - porque são múltiplos, são plurais - os papéis da Polícia Militar de Minas Gerais? O que isso significa no cumprimento desses papéis?

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Ilustre Deputado Adelmo Carneiro Leão, cumprimento V. Exa., sempre muito sereno, atento e coerente. Talvez, na história da Polícia Militar, nunca tantos policiais militares tenham comparecido nesta Casa como neste momento. Deve haver, em nossas galerias e no cafezinho, aguardando a votação dessa matéria, mais de 2 mil policiais militares, de Soldados a Coronéis, inclusive o seu Comandante-Geral. Quero dizer do respeito que tenho por V. Exa. desde os primeiros momentos em que nos auxiliou, e muito, na votação do Código de Ética e Disciplina dos Militares. A sua contribuição foi inigualável no momento em que aprendíamos a caminhar nesta Casa. Registro, publicamente, o respeito que lhe tenho, e V. Exa. sabe disso porque já lhe disse pessoalmente. Mas permita-me, como democrata que é, discordar de V. Exa. em alguns pontos.

Em relação ao cerne daquilo a que V. Exa. se contrapõe, deixo claro que a Polícia Militar não está excluindo o ingresso nos seus quadros, por exemplo, de médicos - hoje temos uma médica, que é a Cel. Maria de Lourdes, a primeira médica Coronel da PM. Com a votação dessa matéria, a Polícia Militar não está restringindo a entrada de enfermeiros, de psicólogos, de fonoaudiólogos e de outras carreiras. Por outro lado, adentrando a questão da carreira jurídica, quando votamos a Emenda à Constituição nº 82, promulgada por esta Casa, relativa à Polícia Civil, cujo primeiro signatário foi este Deputado, não houve nenhum óbice. E estamos tratando de forças de segurança pública. Assim como o Delegado de Polícia preside o processo administrativo disciplinar interno da sua instituição e o inquérito policial, da mesma forma compete ao oficial da Polícia Militar presidir o processo administrativo disciplinar e o inquérito policial militar. Portanto, são dois operadores do direito por necessidade, e não por interesse de operá-lo. Daí a importância não só do reconhecimento, mas da necessidade.

Os tempos vão passando, e a sociedade, se transformando. Como observadores dessa transformação, notamos que o direito deve acompanhar essa transformação social e, especialmente, o fenômeno do crime, que está diretamente ligado ao direito positivado. Em nossa proposta, do ponto de vista constitucional, não há nenhum óbice, absolutamente, nem na Proposta de Emenda à Constituição nº 59 nem no PLC nº 61. Repito que aqui, hoje, todas as associações de classe de oficiais e de praças estão nas galerias, e, pela primeira vez, Deputado Adelmo Carneiro Leão, não há divisão; todos estão unidos em torno dessas duas propostas a fim de se buscar o reconhecimento, que foi dado pelo PLC nº 61 para a Polícia Civil: nível superior para ingresso em todos os seus cargos e também na carreira jurídica dos Delegados.

Busca-se a necessidade de ingresso. Repito: V. Exa. conhece muito bem a minha posição na qualidade de praça da reserva. Quero deixar claro para todos aqueles que estão nos acompanhando: queria eu, Deputado Adelmo Carneiro Leão, quando fui submetido ao Conselho de Disciplina da Polícia Militar, que todos os oficiais que o compunham fossem bacharéis em Direito. Tenho cópia dessa reunião do Conselho guardada em meus arquivos. Com certeza, muitos erros não teriam sido cometidos naquela época. Portanto, a exigência de bacharel em Direito para a oficialidade da Polícia Militar de Minas Gerais terá como primeiro ponto positivo o reflexo interno nas relações. Ao conhecer, ao ser bacharel e dominar o direito como pessoa formada para operá-lo, a relação interna melhorará. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto: por que a carreira jurídica? Estamos constatando que as ações desencadeadas por oficiais, na prática, são de carreira jurídica. Estão hoje 46 mil homens na ativa. Todos os dias são instaladas sindicâncias e inquéritos policiais, competência prioritária dos oficiais. Portanto, eles são operadores do direito e necessitam sê-lo. Primeiro, o direito constitucional, que é condição "sine qua non" para quem é bacharel em Direito e vai operar esses procedimentos; segundo, o direito administrativo, o direito penal militar, o direito do processo penal militar.

Não se fala aqui, em momento algum, como tentaram algumas pessoas, por meio de uma cortina de fumaça e de forma irresponsável - não do parlamento, mas externas -, que a Polícia Militar poderia invadir a seara de outra polícia. Nós, Deputados Estaduais, não temos competência para tratar dessa matéria. O Código de Processo Penal, o Código de Processo Penal Militar e a Constituição da República, nas quais foram delineadas as competências das corporações, são elaborados em Brasília. Portanto, aqui deixo registrado que não temos competência para falar se uma polícia invade a competência de outra ou a altera. É preciso que isso fique claro.

Tenho em mãos, Deputado, uma carta que recebi, na semana passada, do Dr. Alceu, Procurador-Geral de Justiça. Ela está assinada por 10 Promotores de Justiça. Chama-se Carta do Paranoá. Foi um encontro. (- Lê:): "Os membros do Ministério Público Brasileiro, reunidos na sede da Procuradoria-Geral de Justiça Militar, após exposições, debates e estudos de casos concretos concluíram:..." Há um tópico sobre os direitos humanos do cidadão militar - posteriormente, passarei uma cópia para V. Exa. - e um tópico sobre o controle externo da atividade policial e policial judiciária militar. Lerei a partir do item 9. (- Lê:): "9 - que a prisão de qualquer pessoa pela polícia judiciária militar deve ser imediatamente comunicada ao MP respectivo, sem prejuízo de outras comunicações e medidas previstas no ordenamento jurídico; 10 - que o controle externo da atividade policial judiciária militar é dificultado pela descentralização e descontinuidade da polícia judiciária militar, que só existe em decorrência de crime concreto, sendo essencial que o MP respectivo tome conhecimento da instauração de cada IPM; 11 - que existem, nos regulamentos disciplinares militares, transgressões que possuem descrições típicas semelhantes ou iguais às de alguns crimes militares. Em tais casos, há que ser instaurado IPM, independente de medidas administrativas disciplinares permitidas pelos regulamentos respectivos."

Vou deixar de fazer a leitura de toda a Carta do Paranoá, que me foi entregue pelo Procurador-Geral de Justiça na semana passada e que traz a assinatura dos Promotores Adilson José Gutierrez, Adriano Alves Marreiros, Antônio Carlos Gomes Facuri, Celso Leardini, Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz, Guilherme da Rocha Ramos, Ione de Souza Cruz, Karla Dias Sandoval, Leonardo Cuña de Souza e Luciano Moreira Gorrilhas. São os 10 Promotores de Justiça que, nesse encontro, redigiram a Carta de Paranoá. Há o entendimento claro e cristalino de que a polícia judiciária militar é exercida na prática, todos os dias. O que estamos fazendo aqui, hoje, ao votar a PEC nº 59, ao exigir o bacharelado em Direito para o ingresso de oficiais e o curso superior para praças, é apenas dando um formato legal àquilo que já é praticado todos os dias. Não votaremos nada de esdrúxulo, do ponto de vista jurídico; nada que tenha óbice constitucional ou que contrarie a natureza das ações que são desencadeadas e desempenhadas todos os dias, internamente. Não estamos falando de polícia judiciária extramuros, mas intramuros, ou seja, aquela que ocorre nos quartéis. Portanto, a outra instituição não tem com o que se preocupar.

Do ponto de vista da necessidade, está provado, cada vez mais, que há uma posição clara favorável a que tudo isso aconteça, inclusive, nesta carta assinada por 10 membros do Ministério Público. O nosso entendimento, respeitando-se o de V. Exa., é que hoje, ao votarmos a Proposta de Emenda à Constituição nº 59 e o projeto de lei complementar, estamos reconhecendo formalmente aquilo que já é feito. Volto a insistir que, ao exigirmos o bacharelado em Direito para o oficialato da PM, não estamos restringindo o acesso aos cargos. Por outro lado, sobre os questionamentos feitos pelo Crea, a Polícia Militar de Minas Gerais não foi convidada para o debate.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão\* - A Polícia estava presente, Deputado.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - A Polícia não foi convidada, como instituição.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão\* - O Comandante da Polícia, estando presente, representa a instituição, sim, senhor.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Uma coisa é a pessoa ser enviada representando a instituição; outra coisa é uma associação de classe participar da reunião. A associação de classe não representa a instituição, é mais uma voz desse conjunto. Vejo em V. Exa. um democrata, uma pessoa pela qual tenho enorme respeito. Sei que V. Exa. defende suas ideias democraticamente e respeita as dos demais companheiros. Por isso, é um Deputado respeitado e compreendido nesta Casa. Até mesmo as posturas mais contundentes que V. Exa. tem são respeitadas por todos, e é assim que tenho a imagem do trabalho de V. Exa., e o respeito por isso. Tenho certeza de que não estamos votando, hoje, nada que contrarie a Constituição ou a prática realizada. Estamos apenas dando formalidade àquilo que é praticado. Por dezenas de vezes pedi o voto de V. Exa. Fui persistente em minha busca de contar com o voto de V. Exa., mas respeito a sua posição.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão\* - Deputado Sargento Rodrigues, quanto mais V. Exa. argumenta, mais me convenço de que meu voto está correto. Esse é o problema.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Perfeitamente. O voto de V. Exa. já está decidido.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão\* - V. Exa. Acaba de dizer que, ao votar essa matéria, daremos o formato legal da ação policial de natureza judiciária militar.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Para isso, teremos de votar.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão\* - Se admito esse tipo de argumento para essa polícia mais que bicentenária, meu caro comandante, estaria colocando vocês todos na ilegalidade e, em função do passado de vocês, não é isso que devemos fazer. Tenho convicção de que os atos de vocês, além de serem corretos, são legais. Não precisa disso, Sargento. Cada vez mais, o argumento de V. Exa. me convence do contrário. Temos de discutir esse argumento, pois V. Exa. afirma que a Polícia Militar não participou do debate, da discussão. O debate não é só para nós, é para a Polícia Militar e também para a sociedade. Não é só para as categorias de classe, mas para todo mundo. A Polícia é de todo o povo de Minas Gerais. Todos temos de nos orgulhar e acolhê-la com carinho. Às vezes, as pessoas falam que ficam constrangidas, que é preciso temer a Polícia. Mas minha relação com a Polícia é de respeito. O medo é amigo e irmão da covardia. A minha relação é de respeito. Nossa relação é de solidariedade, de contribuição, de verdade. Permita-me dizer uma frase bonita de Fernando Pessoa: "Buscar na linha fria do horizonte a árvore, a praia, a flor, o ar, a fonte, os beijos merecidos da verdade". Estou buscando, mas é que ainda estamos longe.

Não discutimos o suficiente para um problema tão momentoso, tão significativo, tão importante. No mínimo, teríamos que ter tempo e essa medida. A pressa vai nos colocar em uma situação que... V. Exa. deveria consultar advogados. Com o maior respeito, tenho-os como filhos. Já têm um terço do poder deste país e vão mais além, querem mais. Os advogados, lá no Crea, argumentaram que não podemos desmerecer a polícia, que isso seria desvalorizar a polícia, mas não. A questão da carreira jurídica não é o que valoriza. Votar contra essa proposta de emenda à Constituição não é desvalorizá-la; a polícia tem uma dimensão maior. Ter um corpo jurídico na estrutura da Polícia Militar de Minas Gerais, para orientar essa categoria especial da Polícia Militar, tem funções específicas, muito além da formação... O que vocês estão colocando aqui que é perigoso... A exigência, por exemplo, do ingresso de formação superior. Por que a Escola de Formação da Polícia Militar de Minas Gerais, tão importante, tão significativa, com suas características próprias, com sua dimensão de Estado, em vez de, daqui a cinco anos, exigir nível superior para o ingresso, não ministra ensino médio? Depois, pode contar tempo de trabalho, preparar-se, estruturar-se, relacionar-se com o quadro. O que se propõe é menos; não valoriza, apenas diminui.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte)\* - Como disse aqui V. Exa. - e vou sempre repetir -, ninguém disse isso no Projeto de Lei Complementar nº 61. Será que a Polícia Militar...

O Deputado Adelmo Carneiro Leão\* - Não tem discussão.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - O Projeto de Lei Complementar nº 60? Aprovamos aqui o curso superior para o ingresso de policiais civis, e não houve questionamento. O Crea não veio questionar a Emenda nº 82 da carreira jurídica dos Delegados. Agora, a Polícia Militar não pode ser ela reserva de mercado. Exigir curso superior para ingresso nos quadros da Polícia Militar - e aqui estão essas praças que nos acompanham atentamente - é uma demonstração de que queremos qualificá-la mais, como tantas outras instituições. Por que ninguém questiona o Ministério Público? Por que ninguém questiona o Judiciário? Por que ninguém questiona a Defensoria Pública? Temos aqui... Olhe para V. Exa.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão\* - Cuidado, Deputado.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Eu mesmo... Falo sobre questionamento durante a tramitação de um projeto. V. Exa. questiona, assim como eu questiono. Logo no início, V. Exa. citou a questão salarial. Comungo com V. Exa. em número, grau e gênero, e V. Exa. sabe disso. Há aqui membros de Poderes - nem é do nosso, mas de outros - com salários exorbitantes. Precisaríamos fazer uma discussão. Eu mesmo fui autor de uma emenda que defende que, para o ingresso na carreira de Oficial de Justiça, deve-se exigir bacharelado em Direito. E esta Casa a aprovou. Está na Lei Complementar nº 105, de 2008. Volto a insistir que tenho enorme respeito por V. Exa. O fato de V. Exa. se contrapor à Proposta de Emenda à Constituição, à carreira jurídica e ao Projeto de Lei Complementar nº 61, não diminui o apreço que tenho

pelo senhor, que é um democrata. V. Exa. sabe disso. Meu apreço é sincero, porque sei das suas qualidades. A exigência de curso superior para a formação de praças fará com que a nossa polícia vire a página da sua história, porque ela será muito melhor. Em 1997, quando exigimos ensino médio para o ingresso na polícia, demos um passo gigantesco. A partir dessa exigência, 50%, 60%, dos ingressos na Polícia Militar passaram a ser com curso superior. Temos esses dados e podemos disponibilizá-los à V. Exa. Neste momento, estamos virando uma página histórica. Mesmo no contraponto das ideias do debate, V. Exa. contribui. É por isso que o respeito. Tenho certeza de que contaremos com V. Exa. em outras questões mais adiante. Muito obrigado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão\* - Todos os argumentos são válidos. Quero trazer aqui a reflexão do nosso grande poeta Tiago de Melo, de que não somos nem mais nem menos, o que nos faz diferentes é o nosso projeto, a nossa visão. Não me coloco acima do que V. Exa., Deputado Sargento Rodrigues, disse. Pode estar certo de que defendo a sua opinião com o maior vigor, mas quero sustentar a minha. A formação superior é um processo muito importante de qualificação e capacitação das pessoas, não tenho dúvida disso. Não é pelo fato de que muitas pessoas - algumas até são exemplos para nós de referência e sabedoria porque não tiveram a oportunidade de frequentar as escolas superiores - venceram e tiveram sucesso na vida, que devemos dispensar o nível superior, É muito importante qualificar, mas isso não faz dos homens e mulheres melhores. Esse processo é um componente e uma variável do processo civilizatório. Mas se quisermos ter pessoas melhores, precisamos fundamentar a nossa ação, dedicar a nossa vida e os nossos exemplos no cuidado e no acolhimento carinhoso e respeitoso das pessoas em todos os sentidos. Estamos vendo agora o Estatuto da Criança e do Adolescente evoluindo e alguns fazendo críticas por acharem que a criança ainda tem de apanhar porque isso faz parte do processo educativo. Mas não faz. Faço parte daqueles que entendem que é acolhendo, orientando, compartilhando, sofrendo com as pessoas e com as diferenças que iremos para frente e não oprimindo, humilhando e batendo. De jeito nenhum. A educação superior no quadro da Polícia Militar é muito interessante e positiva, mas a exigência de nível superior para praça não é a melhor forma de valorizar e fortalecer a instituição. Muitos de vocês só estão cursando ou cursaram o nível superior porque estão na Polícia Militar. Se fosse exigido o nível superior, sem haver escolas para todos, muitos de vocês não teriam a oportunidade de estar na Polícia Militar. Defendo que a exigência para o ingresso na Polícia Militar continue sendo o nível médio. Contem comigo, com o meu voto, com meu empenho e com o meu trabalho para valorizar a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, dando tudo o que for necessário para uma grande escola de formação, em que possamos discutir o direito, as ações, as estratégias, a logística, a reação de vocês na situação de risco. Escola particular, privada, separada, não dá a condição que vocês podem dar. Comecem com os jovens. Ao exigir o ingresso no nível superior, os jovens começarão com 23, 24, 25 anos. Na lógica da disciplina, da integração da Polícia Militar, é muito mais interessante e positivo que os jovens ingressem na corporação com 18, 19 anos. Para mim, não tem justificativa. Sei que muita gente concorda com o voto que estou dando hoje, com essa reflexão que estou fazendo para vocês. Quero que pelo menos exista um voto nesta Assembleia que represente os que pensam de forma diferente. Como alguém disse, toda unanimidade é burra. Não farei parte da unanimidade, que é pela aprovação desse projeto.

O Deputado Carlos Gomes (em aparte)\* - Obrigado, Deputado Adelmo Carneiro Leão. Parabeno-o pelo seu pronunciamento, pela sua firmeza. Parabeno também a Polícia Militar pelo grande trabalho que realiza em Minas Gerais - é a polícia mais preparada do Brasil. Parabeno-a também pela participação nesse movimento, por estarem nesta Casa, que é do povo. Em outros tempos, vinham aqui somente professores e outras categorias. É muito bom ver a Polícia Militar, além do grande trabalho que realiza no Estado e no País, ocupando, de forma democrática e participativa, as galerias deste Plenário, que, outrora, eram ocupadas somente por outros profissionais. Os professores são os mais lembrados. Os policiais militares, ao participarem dessa luta, mostram que o Brasil está mudando, que a democracia e os Poderes estão cada vez mais fortalecidos. É muito bom que participem, lutem por aquilo que acreditam ser o melhor para a Corporação. Na semana passada, participei de uma reunião no Crea. Nesta Casa existe a Frente Parlamentar da Engenharia. Naquela reunião, mais de 10 conselhos estavam representados, como o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, mas estavam ali também representantes dos conselhos de contadores, de economistas e de médicos. Não fui, de forma alguma, convencido a votar favoravelmente à Proposta de Emenda à Constituição nº 59 e o Projeto de Lei Complementar nº 51. Isso não quer dizer que sou contra eles. Gostaria de ver uma polícia mais fortalecida de forma plural. Fico pensando como ficarão as outras profissões, como aquelas cujos representantes se reuniram no Crea, que torcem, participam da Polícia Militar, mas gostariam de participar mais ainda. Como ficará a expectativa das pessoas que têm o sonho de participar do quadro de oficiais da Polícia Militar? Gostaria de ver a polícia mais fortalecida. Ao manifestar a minha posição contrária, esclareço que não sou contra a Polícia Militar; não sou contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 59 nem contra o Projeto de Lei Complementar nº 61; sou a favor de a Polícia Militar ser mais forte, mais fortalecida de forma democrática, plural, representativa de toda a sociedade de Minas Gerais. Para isso, na minha maneira de enxergar a questão, é necessária uma participação mais ampla. Por exemplo, as comissões de licitações que montam são importantes, então as comissões de inquéritos, Deputado Sargento Rodrigues, devem ser da mesma forma: plurais, representativas de várias áreas. Por exemplo, as comissões de licitações de autarquias, de forma geral, precisam de profissionais de todas as áreas, principalmente de áreas afins. Se for uma comissão de engenharia, um engenheiro deverá tomar a frente; se for da área médica, deverá haver um médico entre seus membros. Mas as comissões devem funcionar de forma plural. A Proposta de Emenda à Constituição nº 59 e o Projeto de Lei Complementar nº 61 restringem isso. Nesta Casa, lidamos com leis. Alguns são advogados, outros não. E é bom que seja assim, pois é uma representação plural de todo o Estado de Minas Gerais.

Essa é a minha posição. Participei da reunião realizada no Crea, conversei com muitos profissionais e estou, cada vez mais, convencido de não poder votar a favor dessa proposta. Insisto que não é votar contra; pelo contrário, tenho preocupação com aqueles representantes de várias categorias que nos procuraram - e continuam nos procurando - e que gostariam de continuar sonhando em participar dessa valorosa Polícia Militar do Estado, mas que vão ficar restringidos, não vão poder mais sonhar em participar dos quadros de oficiais. Acho que o debate foi pouco, não convenceu. Estou mais convencido de não poder votar a favor. Gostaria de tirar esse termo contra, porque sou a favor de uma polícia forte. Sejam todos bem-vindos a este debate, mas precisamos debater mais. Parabéns, Deputado Adelmo Carneiro Leão, pela firmeza de seu pronunciamento. Dessa forma, também me posiciono. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte) - Caro Deputado Adelmo Carneiro Leão, infelizmente isso é o que tem acontecido no Parlamento: faltam atores dentro desta Casa, que são os parlamentares, para ouvir o seu pronunciamento, que merece reflexão dos parlamentares e de todos que estão aqui nas galerias. Quando se faz qualquer manifestação - e isso tem sido o grande erro do Parlamento -, muitas pessoas dizem que somos contra, que estamos fazendo oposição. Coloquei o meu posicionamento para alguns oficiais e algumas entidades que me procuraram; disse da minha preocupação, que é a mesma que V. Exa. externa agora. E é apenas uma preocupação. Penso que, no projeto da Polícia Civil e neste, faltou uma discussão mais ampla. Fazer leis - e falo isso com muito tranqüilidade - é a coisa mais fácil que existe neste poder: a sua aplicação é que é difícil. Não temos tempo para verificar quais serão as consequências, quais serão as aplicações. Quero voltar ao início, quando V. Exa. disse que o Bloco do PMDB e do PT foi desfeito. Quero deixar, de público, que foi uma decisão de uma minoria; fui pego de surpresa. Eu, que sou Deputado do PMDB e talvez um dos mais presentes nesta Casa, fui pego de surpresa. V. Exa. pode ter certeza de que o seu pronunciamento é também o meu. V. Exa. falou em meu nome também. Acho que esse projeto carece de discussão, pois precisa ser aperfeiçoado. Tanto a Polícia Civil quanto a Militar avançaram muito, então temos de fazer essa discussão para que não seja questionada, à frente, essa decisão. V. Exa. deixou muito claro que alguns policiais entram na polícia aos 18 anos e, agora, só poderão entrar aos 23 anos. Isso é bom ou ruim? Essa discussão não foi feita. É bom para a polícia ou é ruim? É bom para a instituição?

Quero dizer que é muito bom ficar aqui ouvindo o seu discurso. Quero manifestar-me, mas, diante do seu pronunciamento, não há mais essa necessidade. Parabeno-o pela determinação do seu discurso, que é coerente e responsável com o futuro. É um discurso preocupado com a polícia. Volto a dizer que votar projeto aqui é muito fácil, mas é complicada a sua aplicação. Falei com o pessoal da Polícia Civil que estávamos votando o projeto sem fazermos uma discussão mais ampla, apenas na ânsia de votar. Dizem que precisamos votar para avançar. Avançar para onde? Para trás ou para a frente? V. Exa. não falou em nome do bloco, e isso me pegou de surpresa, mas falou em meu nome, em nome do Deputado Ivair Nogueira, que aqui está, porque cumungamos com o seu pensamento. Acho que o seu pronunciamento merece uma reflexão de todos. Não precisamos falar que a Polícia Militar merece todo o nosso respeito, porque ela sabe disso, mas estamos discutindo um projeto a longo prazo, um projeto de governo. E ele carece de discussão. Quero desejar-lhe muita sorte. Vou repetir: seu pronunciamento deveria servir de reflexão até para aqueles que estão na ânsia de votar esse projeto, para que possamos, quem sabe, logo depois do recesso, fazer uma discussão calma. Assim, poderemos fazer as mudanças, que, por acaso, acharmos que devem ser feitas. Muito obrigado. Parabeno V. Exa. Pode ter certeza de que o seu discurso é também o meu. V. Exa. falou em meu nome.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão\* - Quero dirigir minhas palavras finais ao Deputado Sargento Rodrigues, aos bombeiros e policiais militares de Minas Gerais, aos meus amigos da Polícia Militar. Quero tê-los todos como meus amigos da Polícia Militar. Peço a vocês que não me queiram mal pelo meu voto "não", porque ele haverá de se desfazer no meu compromisso permanente e cotidiano com vocês, de fazer a polícia do tamanho que sonho, que é maior do que o que está sendo proposto neste dia. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos.

- Vem à Mesa:

#### EMENDA Nº 2 AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 61/2010

Acrescente-se onde convier:

"Art. ... - Os requisitos introduzidos por esta lei complementar para o ingresso na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar não se aplicam aos candidatos inscritos em concurso público em andamento na data de publicação desta lei complementar.".

Sala das Reuniões, 15 de julho de 2010.

Mauri Torres - Lafayette de Andrada.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda dos Deputados Mauri Torres e Lafayette de Andrada, que recebeu o nº 2 e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, será submetida a votação independentemente de parecer. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, combinado com os arts. 192 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. Com a palavra, para encaminhar a votação, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara\* - Serei bem rápida, só queria registrar que estamos encaminhando favoravelmente ao projeto. Somos do PT, sempre temos um voto de bancada, e preciso registrar o enorme respeito pelo nosso companheiro Deputado Adelmo. Um Deputado até falou que ele é tão respeitado que nem foi vaiado na sua posição, e aproveite para cumprimentar os policiais presentes, porque é importante na democracia haver posições contraditórias. Quero parabenizá-lo, Deputado, por ter uma postura séria e ética com suas convicções. Ao mesmo tempo, quero dizer que o nosso Bloco PT-PCdoB tomou a posição de liberar os votos. Além de mim, estão conosco o nosso líder Padre João, os Deputados André Quintão, Weliton Prado, Carlin Moura, do PCdoB, e a Deputada Cecília Ferramenta. Vamos votar favoravelmente e quero fazer uma breve consideração. Com relação ao curso superior para ingresso na carreira da Polícia Militar, sabemos que hoje há o ProUni, o Enem. Hoje há possibilidades no País até mesmo para os filhos de trabalhadores que desejarem concluir um curso superior, a porta está aberta. Considero positiva a exigência de curso superior, é uma valorização da carreira. Pode ser qualquer curso superior, só para oficial será exigido o curso de Direito. Conversei com várias pessoas, desde o Comando até os praças. Conversamos também com o Deputado Sargento Rodrigues, que representa a classe nesta Casa. Conversei com o Luiz Gonzaga, Presidente da Associação dos Praças, Policiais e Bombeiros Militares. Ouvimos várias pessoas que representam a Polícia Militar para tomar essa decisão. Queremos registrar, como já disse o Vice-Presidente, que a Polícia Militar tem acompanhado todas as audiências que fazemos no Estado e tem avançado no seu conceito de polícia comunitária. Tem também participado de cursos de direitos humanos, tem tido uma mentalidade de construção da cultura da paz, de projetos de prevenção à violência, como o Proerd, que são jovens construindo cidadania. Quero solicitar a todos acompanharmos de perto a integração das polícias. Nenhum fato, nenhuma votação pode criar barreiras. Temos avançado, mas precisamos avançar muito mais. É fundamental a integração entre a Polícia Militar e a Polícia Civil para o respeito da sociedade, para a otimização dos recursos. É muito importante também que se aprofundem os cursos de formação dos quadros que já existem com relação, não ao Direito, mas de valorização do próprio profissional, que deve ter direito a esses cursos para a defesa da própria vida e da vida do cidadão na sociedade mineira. Finalizando, quero parabenizar tanto a Polícia Civil, que aqui esteve por vários dias na votação dos seus projetos, quanto a Polícia Militar. Esta é a Casa da democracia. Não se pode pensar que alguma categoria não poderia estar aqui, principalmente com diálogo e respeito. Esse é o espaço legítimo de reivindicação de todas as categorias, inclusive dos profissionais de segurança pública. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Tenente Lúcio.

O Deputado Tenente Lúcio\* - Sr. Presidente, gostaria de agradecer a confiança, principalmente do Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública, que me confiou a relatoria desta matéria. Sou oficial do Exército Brasileiro e tenho o maior respeito e carinho pela Polícia Militar. Tenho alguns milhares de amigos, ex-soldados do Exército, que hoje estão na Polícia Militar. Sabemos que a nossa Polícia Militar é, sem dúvida nenhuma, a melhor polícia do nosso país. Quando relatamos essa matéria mostrando a nossa disposição em aprovar o curso superior para os nossos praças, e o curso de Bacharel em Direito para os nossos Oficiais, antes de valorizarmos a Polícia Militar estamos valorizando a nossa sociedade mineira. Quem está ganhando é a nossa sociedade, que será, mais ainda, assegurada por homens e mulheres competentes da Polícia Militar. São pessoas qualificadas e que, com o passar do tempo, vão nos proporcionar uma segurança mais aprimorada. Estou vendo centenas de jovens policiais, entre homens e mulheres, que vão valorizar a cada dia a nossa sociedade. Quero cumprimentar o Deputado Sargento Rodrigues, do meu partido, um incansável batalhador em prol da nossa segurança pública. Talvez a pessoa mais entendida em Polícia Militar aqui neste Plenário. Podem continuar a contar com o apoio deste Deputado. Estou aqui há apenas um ano e meio; sou membro efetivo da Comissão de Segurança Pública. Conversamos muito, principalmente no Triângulo Mineiro, com o Cel. Crovato, Comandante da 9ª Região da Polícia Militar, o Cap. Duque, vários oficiais, Sargentos, Subtenentes, Cabos e Soldados. Todos são favoráveis a esse projeto, motivo pelo qual lhe demos parecer favorável.

Cumprimento o governo do Estado por ter enviado esse projeto a esta Casa. Sem dúvida, todos ganharão, sobretudo a nossa sociedade. Parabéns à nossa gloriosa Polícia Militar. Amo todos vocês.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emendas.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Carlin Moura - Cecília Ferramenta - Dalmo Ribeiro Silva - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Wander Borges - Zé Maia.

- Registram "não" os Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Carlos Gomes.

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, meu voto é "sim".

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram "sim" 42 Deputados. Votaram "não" 2 Deputados. Está aprovado o projeto, salvo emendas. Em votação, a Emenda nº 1.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Carlin Moura - Cecília Ferramenta - Dalmo Ribeiro Silva - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Ivair Nogueira - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, meu voto é "sim".

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram "sim" 42 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1.

#### Questão de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, que seja feita a leitura da Emenda nº 2, por favor.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Emenda nº 2.

O Sr. Secretário (Deputado Neider Moreira) - (- Lê a Emenda nº 2, publicada nesta edição).

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 2.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Ivair Nogueira - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Rômulo Veneroso - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

O Deputado Pinduca Ferreira - Sr. Presidente, o meu voto é "sim".

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram "sim" 45 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 2. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 61/2010 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2010, dos Deputados Mauri Torres, Alberto Pinto Coelho e outros, que acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 142 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, a proposta. Com a palavra, para discutir, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio - Na verdade, vou discutir até para que o Líder de governo consiga recompor o quórum, porque, com o da votação do projeto de lei complementar, não será possível votar a Proposta de Emenda à Constituição nº 59. Aproveito esta discussão, Sr. Presidente, para dizer que havíamos levantado uma questão sobre a qual tenho falado quase que sistematicamente e que ocorreu muito nos últimos 30 dias: a votação de projetos sem se fazer uma ampla discussão. O governo manda, os técnicos mandam, e somos quase que obrigados a votar. Geralmente os projetos vêm com aquela ideia de que beneficiarão o funcionário público, com a ideia de que são um avanço muito grande. Contudo, na verdade, quando aplicam aquilo que votamos, geralmente as coisas não acontecem da forma como foram idealizadas - e não acredito que isso ocorra por maldade.

Tenho aqui um exemplo, Sr. Presidente, e queria mostrá-lo principalmente aos membros da Comissão de Fiscalização Financeira. No último aumento de 10% dado pelo governo ao funcionalismo público, fui o único Deputado que questionou que aquele projeto tiraria 5% de alguma categoria do funcionalismo público. O seu salário seria diminuído, no mínimo, em 5%, em vez de receber 10% de aumento. Contudo, ninguém quis me dar ouvido e discutir isso, porque o projeto era do governo, devia ser votado, e assim o foi. Sr. Presidente, Srs. Deputados e pessoas que nos ouvem, estou aqui hoje com uma folha de pagamento de um servidor da área de defesa social: ele recebia, no mês de abril, R\$567,00 de salário líquido. Com o aumento, ele foi para R\$616,00 em um primeiro momento. Em um segundo momento, quando o governo aplicou aquilo que votamos, o seu pagamento foi para R\$537,00. É isso mesmo: R\$537,00 para um funcionário que trabalha em uma penitenciária. São R\$537,00, e não estou dizendo que ele estava com empréstimo consignado, que já recebeu antecipadamente. Não, esse é o valor líquido da folha de pagamento desse servidor.

Na verdade, eram R\$550,00 e, com o aumento de 10%, o salário foi para R\$605,00. No primeiro mês, ele recebeu R\$605,00, mas, como havia um artigo que estabelecia que, dos 10% de aumento, deveriam descontar os benefícios, ele passou a receber menos que antes do aumento.

Estou dizendo isso para servir de reflexão, Deputado Domingos Sávio. Sempre me preocupei com a votação de projetos da forma como estamos votando nesta Casa: sem analisar as consequências, sem fazer conta, sem ver o que acontecerá, sem pesquisar se atenderá a maioria dos funcionários. Depois, ficam dizendo que o funcionalismo público está contra, o governo - e tem que estar contra, mesmo. Talvez o Governador Anastasia nem saiba desse processo, pois, na greve dos professores, foi enganado o tempo todo com a informação de que não havia greve, mas apenas um pequeno movimento de alguns diretores e professores. Quando lhe chegou a informação, cerca de 60% das escolas estavam paralisadas. O projeto de aumento de salário foi feito pela Secretaria de Planejamento. Tanto isso é verdade que, na propaganda institucional do governo acerca do aumento que estava enviando a esta Casa, em momento algum se falou na Secretaria de Educação. Não sei se por descaso, descuido, desrespeito ou o que for, a Secretaria de Educação estava fora do processo de negociação salarial. E agora vemos o primeiro reflexo: recebi ontem mais de 12 telefonemas e "e-mails" de pessoas que alegaram que não tiveram aumento, ou



melhor, tiveram aumento em um mês e diminuição no outro.

Fazemos essa discussão, que às vezes incomoda. Queremos ajudar, participar, fazer uma boa lei; uma lei que seja permanente e não venha prejudicar os governos, uma vez que nós, Deputados, estamos aqui de passagem - nós vamos embora, mas o governo e o funcionalismo público permanecerão. Então quero aproveitar este momento em que estamos votando duas matérias, até então, pouco discutidas. Não sabemos quais serão seus reflexos lá na frente. Parece-me que eles são muito imediatistas, e não sei se serão bons para todos. Podemos fazer uma discussão mais clara ainda este ano, para que o próximo governo tenha condições de fazer implementações, mudanças, melhorias e avanços.

Estou mostrando isso para todos os Deputados, principalmente os da base de governo. Muitos dizem que essa é uma discussão da oposição, daqueles que são contra o governo, mas está aqui a folha de pagamento para quem quiser ver. São três meses do mesmo funcionário. Não direi o seu nome para evitar retaliações, apesar de ele ter me autorizado a fazê-lo. Depois ficam dizendo que o PMDB e o PT ficam fazendo oposição, jogando o funcionalismo público contra o atual governo, o que não é verdade, pois o próprio governo deu um tiro no pé. Até disse para o Deputado Mauri Torres, Líder do governo, que há pessoas lá dentro trabalhando contra, o que é comum em final de mandato.

Hoje, em Minas, temos a censura da imprensa, e muitas pessoas pensam que podem fazer tudo o que querem, tomar as decisões que querem, fazer anistia por decreto - a coisa mais irresponsável que já vi até hoje, pois isso fere toda a legislação. A Secretaria de Fazenda vem com decisões do Supremo que não resolvem o problema, dizendo que o "Faz de Contas" autorizou, o que não é verdade, pois esse Tribunal não tem autorização para fazer leis.

Quem faz as leis é a Assembleia. Pegaram esse crédito, que estão tentando negociar, e tentaram vendê-lo ao banco e à iniciativa privada, a fim de levantarem dinheiro. Felizmente, o governo retirou esse projeto de pauta ontem, porque estava ciente do desgaste que teria. Se quer caixa, deverá fazê-lo de outra maneira, de uma forma mais legal. Essa anistia poderia ocorrer dentro de uma maior legalidade, poderia ter a sustentação jurídica de que precisa, com um processo dessa magnitude. Bastava enviar a esta Casa um projeto para que votássemos, ainda que a toque de caixa, como fizemos com vários outros. Seria mais um projeto a ser votado dessa forma, sem nenhuma dificuldade, porque, quando o governo quer aprovar uma matéria, aprova-a. Há, aqui, no mínimo 58 Deputados da base do governo.

Externei ao Deputado Mauri Torres minha preocupação com o que está acontecendo em final de governo. Já fiz parte do governo e sei como isso funciona. Algumas pessoas resolvem fazer algo e enviam a questão em nome do governo. Aqui, na ânsia de puxar o saco, no anseio de fazer o que o governo manda, não discutem o projeto, e, depois, quem paga é o próprio governo. Quem vai pagar essa conta é o próximo governo, o próximo Governador. As consequências dessas ações são muito graves.

Aproveito para cobrar do Ministério Público as decisões que tomou em relação ao decreto da anistia. O governo, para camuflar a legislação, falou que não é anistia, mas parcelamento. Porém, tem 95% de desconto, Deputado Fábio Avelar! E não é desconto, é parcelamento. São essas coisas que geralmente acontecem em todo final de semestre. Fazem as coisas pensando que elas vão passar despercebidas. Adotam algumas ações pensando que ninguém vai tomar conhecimento delas, uma vez que a imprensa, com certeza, não vai divulgá-las, visto que já está orientada a não fazê-lo. Não fizeram a divulgação, Deputado Lafayette de Andrada, nem do benefício que o governo disse ter concedido, a anistia. Não fizeram a propaganda porque não há sustentação jurídica, e V. Exa. sabe disso. Fiz uma cobrança, disse que iríamos aprovar o projeto. Não discuto a questão da anistia porque seria até uma hipocrisia da minha parte, já que sempre lutei pelas anistias fiscais do nosso Estado. Sempre defendi a ideia segundo a qual o governo deveria dar uma oportunidade aos inadimplentes para cuidarem de sua vida, e não iria mudar - como não estou mudando - esse discurso. Estou questionando apenas a forma como o governo fez essa anistia, pois ele a fez por decreto, que não tem validade jurídica. Aqueles que assinaram o decreto - e aí se inclui o Governador Anastasia - terão que responder por improbidade administrativa. Além de ser um crime eleitoral, visto que foi feito em período eleitoral, também é uma improbidade administrativa. Ele só pode fazer isso por meio de uma lei específica, já que mexeu com recursos do Estado, com o orçamento do Estado. Portanto, isso não foi feito de forma correta, e estamos calados.

Entrei com um requerimento na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, solicitando a presença do Procurador do Estado, do Procurador da Fazenda e também de algum assessor da Fazenda, que não quiseram vir discutir a questão. Vieram procurar-me, tentaram orientar-me, mas não concordei com a posição deles, como ainda não estou concordando. Tenho meus argumentos, que, aliás, são muito claros, porque o Código Tributário Nacional é também muito claro. Qualquer benefício tem de se basear em lei específica. Mas, feliz ou infelizmente, no Estado de Minas Gerais, talvez fazendo aquilo que o Presidente Lula fez muitas e muitas vezes, está-se legislando por meio de medidas provisórias. E o Congresso Nacional custou a reagir, reagiu apenas há dois anos, quando deu um basta nas medidas provisórias. Não foram impedidas, mas pelo menos diminuíram. E aqui, no Estado de Minas Gerais, a situação continua a mesma: a ditadura imposta permanece, inclusive na legislação. Quando querem fazer algo, fazem-no por decreto, enquanto deveriam fazê-lo por lei. Ninguém tem a coragem, ou a tranquilidade, de enviar um projeto a esta Casa para que possamos analisá-lo e dar nosso voto contrário ou a favor.

Presidente, apenas alerta mais uma vez, mostrando aos que estão na coordenação da campanha do Prof. Anastasia o que aconteceu. Votamos aquele aumento de 10% sem nenhuma discussão, sem nenhuma formalização, apenas tivemos que votar porque o governo mandou o projeto. Havia um prazo para dar os 10% ou nada. Tivemos que dar algo, apesar de 10% não representarem nada para a maior parte dos funcionários públicos. Votamos. Alertei para o fato de que várias categorias teriam o salário diminuído. Agora, estou recebendo mais 12 contracheques dos meses de abril, maio e junho, comprovando que eu estava certo. Alertei que o aumento seria descontado dos benefícios dos funcionários, que acabariam tendo seus salários diminuídos em 5%, ao contrário de um aumento de 10%. E vejam que salário altíssimo. Hoje, uma pessoa que trabalha na administrativo da penitenciária ganha R\$550,00 por mês, enquanto o governo fala que paga os melhores salários do Brasil, os melhores salários do Estado. A comprovação está aqui para não dizerem que estamos fazendo um discurso em vão, apenas eleitoral, apenas de oposição. Estou provando que meu alerta na Comissão e no Plenário estava certo. Deputado Wander Borges, por que fiz o alerta naquela época? Porque li o projeto várias vezes. Mesmo na correria, levei para casa e fiz uma análise. Estou até estranhando, porque o artigo que falava na diminuição foi suprimido, no primeiro momento. Agora, veio o desconto. Já mandei a minha assessoria fazer um levantamento: houve um equívoco? Foi tirado e depois recolocado no 2º turno? O fato é que ele deu à Seplag a oportunidade de diminuir os salários. Ao falar, em reuniões, que parte do funcionalismo público teve uma diminuição na folha de pagamento, muitos dizem que isso é chute, que não existe. Repito, aqui, estão, as folhas de pagamento para comprovar. Essa é a minha discussão. Por isso, disse aos oficiais que me procuraram sobre o medo que tenho desses projetos que votamos sem uma discussão mais ampla, pois é uma proposição que mexe com a vida de muitas pessoas, de muitas famílias. Nós fazemos uma discussão momentânea, que não é retomada lá na frente. Às vezes, o momento é oportuno, a votação é oportuna, temos que votar até para resolver um problema de ordem política dentro da polícia, dentro do próprio governo, o que entendo. Entretanto, esse projeto carece de uma discussão mais ampla, mais clara.

Sr. Presidente, essa é a discussão que levanto, como sempre faço, alertando mais uma vez: vai dar errado. Às vezes, as pessoas acham que está tudo bem. Na verdade, não temos tempo para discutir o projeto. Sentar, falar, fazer projeções, analisar casos específicos, não há paciência para isso. Assim, acontecem essas votações rápidas, sem discussão. Aqui está mais uma prova do que eu disse sobre a aprovação do projeto de 10%. Teremos um grave problema com o aumento dado pelo governo para abafar a greve dos professores, a partir de março do ano que vem. Depois, voltou para janeiro. De qualquer forma, o reajuste não tem consistência jurídica, foi feito em processo eleitoral, enfim não poderia ser feito. Infelizmente, dou minha mão à palmatória, pois todo governo é igual. Esperava que pelo menos a Justiça Eleitoral tivesse mais controle, pois o governo usa e abusa de sua estrutura.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 192 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo

eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. Em votação, a proposta, salvo emenda.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Duarte Bechir - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

- Registra "não" o Deputado:

Adelmo Carneiro Leão.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 52 Deputados. Votou "não" 1 Deputado. Está aprovada a proposta, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Duarte Bechir - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 51 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovada, em 2º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2010 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.576/2010, do Governador do Estado, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2011 e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 18, 19, 22, 23, 30, 32, 34 e 84, apresentadas por parlamentares, com as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 15, 24, 25, 31, 33, 75 e 81, e com as Emendas nºs 113 a 120, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 2, 4, 5, 7 a 14, 16, 17, 26 a 28, 36 a 43, 45 a 48, 50 a 62, 64 a 74, 76 a 80, 82, 83, 85, 88 a 98, 100 a 105 e 107 a 112. A Emenda nº 3 foi retirada pelo autor. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão\* - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a Lei de Diretrizes Orçamentárias trata de múltiplas variáveis em relação à proposta de orçamento para 2011. Ative-me especificamente à questão da saúde e do cumprimento da emenda constitucional. A discussão que faço aqui é também para manifestar, em relação a essa proposição, o meu voto contrário, considerando, inclusive, a discussão que fizemos na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Estamos habituados a fazer destaques para efeito de votação da LDO. Como quase sempre, as emendas que propomos são refutadas, rejeitadas e, quando destacadas, continuam sendo rejeitadas. A minha avaliação é que nos cabe, como defensores da saúde, que é um fundamento de direito de cidadania e dever de Estado, tomar uma medida de refutar, por integral, a proposição ora em tela, a LDO.

Início dizendo, Deputadas e Deputados, que durante décadas fizemos grandes e importantes lutas e, como está espelhado nas faixas colocadas pelos militares, sem luta não há conquista. Obtivemos muitas importantes conquistas, frutos da luta, de muitas importantes lutas; lutas de trabalhadores e trabalhadoras por este país inteiro, que há 20, 30 ou 40 anos viam como era a saúde do nosso país, uma estrutura mercantilizada que servia muito mais para enriquecer alguns. A relação se estabelecia com aqueles que tinham recursos, que eram tratados em bons hospitais por ótimos profissionais de saúde ou, então, com aqueles que tinham vínculo empregatício com o INSS, antigamente o Inamps. Ou seja, essas pessoas tinham acesso à saúde. Mas a imensa maioria da população brasileira, como ainda hoje, que não tinha emprego, que não tinha carteira assinada e que não tinha recursos para custear a saúde, era tratada como indigente.

Os pobres, desempregados, despossuídos eram tratados como indigentes, nas santas casas, nas grandes enfermarias, muitas vezes, sem direito à presença da própria família. É o que vimos durante muito tempo. Em razão dessa situação, travamos uma grande e importante luta, com a contribuição de muitos. Hoje, diferentemente de 25, 30, 40 anos atrás, a situação mudou para melhor. Atualmente, no Brasil, todas as pessoas são tratadas como portadoras de direito, e o Estado tem o dever de prover as condições necessárias para que esse direito seja assegurado. Bastaria isso, na Constituição, para que todas as pessoas fossem tratadas com dignidade, orientadas para a garantia e recuperação da saúde. Isso é o que consta da Constituição. Mas, como disse, a nossa Constituição tem um viés pragmático, principalmente para atender aos interesses dos grandes, dos poderosos, das elites dominantes; e outro, programático, bonito, fazendo-a, desse ponto de vista, a mais bela Constituição do mundo. Os direitos nela estão explicitados, assim como os princípios e fundamentos das boas práticas da administração pública, o concurso público, tudo o que diz respeito à saúde em sua universalidade, integralidade e gratuidade. Nossa Constituição mineira também expressa isso, o que é significativamente importante. Há, neste Parlamento, pessoas que ajudaram a construir a política de saúde para o Brasil, mas, como é programática, argumentam que, não estando regulamentada, não precisa ser cumprida. Insisto, todos os anos, para que, no financiamento, o mínimo constitucional seja assegurado para atender ao Sistema Único de Saúde, que é o que se encontra definido nas leis da República e na nossa Constituição. Do ponto de vista programático, retórico, o nosso sistema é um exemplo para o mundo, tanto que defendemos o SUS como patrimônio da humanidade, pela sua constituição, abrangência, por suas características. No entanto, o argumento prevalente é que, não estando regulamentada a Emenda Constitucional nº 29, não precisamos referenciar ninguém a não ser aqueles que oportunisticamente permitem a aplicação de recursos em setores que contrariam toda a nossa luta, toda a nossa história. Não travamos uma luta em vão, e haveremos de ter nossos objetivos validados, independentemente de ser ou não regulamentada a Emenda à Constituição nº 29. Nas discussões de nossa Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, um dos Deputados expôs a ideia, com que concordo, dizendo que aqui, neste Parlamento, somos os representantes do povo de Minas e, como tal, podemos definir, em seu nome, quais são os parâmetros para que os recursos para o setor de saúde sejam aplicados.

E podemos mesmo, estou absolutamente convencido disso. Podemos argumentar que não está regulamentada ou fazer qualquer interpretação? Sim, qualquer interpretação cabe aqui, até a interpretação dos limites que entendemos necessários e fundamentais para que os recursos sejam efetivamente aplicados. Exatamente assim. O que se faz aqui é estabelecer limites que afrontam toda a nossa história. O que tem sido feito aqui, Carlin Moura, é sistematicamente afrontar aquilo que conseguimos na Constituição, na Lei Orgânica da Saúde, na lei do controle social e na Emenda à Constituição nº 29, no Conselho Nacional de Saúde, que é uma referência importante no País para as políticas de saúde. Se

tratarmos por exemplo, da justiça, teremos de nos referenciar ao Conselho Nacional de Justiça como instrumento importante, regulamentador e controlador das políticas relativas à justiça. Não se trata aqui de obedecer a orientação do Conselho Nacional de Saúde. Talvez os Deputados aqui presentes digam que ele está longe, está em Brasília, embora tenha representação no Estado de Minas Gerais, o que não é suficiente. E também não recorrem ao Conselho Estadual de Saúde, que é o órgão de controle, com poder até deliberativo. Ele não é consultado, não é ouvido sobre os parâmetros que devem ser estabelecidos e respeitados para efeito do cumprimento da Emenda à Constituição nº 29. Não se respeita nem o Conselho, não há uma discussão nesse sentido, a ponto de, na prestação de contas final, para efeito de contabilidade, adicionarem-se recursos destinados à aposentadoria. E tem uma contribuição específica para a aposentadoria. Aposentadoria é contabilizada como gasto de saúde, como se não existisse um espaço, uma área específica para esse setor. Admitem contabilizar recursos para as instituições fechadas de saúde. Sim, é importante, é importante o Estado de Minas Gerais - e qualquer governo - cuidar da saúde dos seus servidores por meio do Hospital Militar e do Ipsemg, por regimes fechados. Nem precisaria disso, mas, considerando-se a realidade, é importante. Mas essa importância se dá na condição de se aplicarem mais recursos. Não é admissível na contabilidade dos recursos gastos em saúde, para efeito do cumprimento da Emenda nº 29, colocar recursos que são fruto da contribuição dos servidores públicos deste Estado. Mas esses recursos são contabilizados. É importante dizer à sociedade mineira que o governo que define esses recursos para a saúde não está fora do espaço da Assembleia de Minas, mas também no seu espaço: todos somos responsáveis, e os nossos votos são a medida final. Não adianta fazermos discursos aqui, por mais bem-elaborados que sejam, por mais eloquentes que sejam; não adianta fazermos a defesa da saúde se o nosso voto é contrário, é reducionista, é diminutivo em relação à saúde. É preciso que o nosso voto valha. Infelizmente, o voto majoritário da Assembleia Legislativa, que é o voto do governo, de legitimação da proposta governamental, tem sistematicamente mantido uma redução expressiva - expressiva com força - em relação ao setor de saúde. As análises mais elementares, excluindo-se os recursos que estão fora do sistema de saúde, têm demonstrado que, a cada ano, em torno de R\$1.000.000.000,00 faltam na destinação dos recursos para o sistema de saúde de Minas Gerais. Os Secretários e Deputados podem argumentar que os recursos estão sendo bem-aplicados. Para que isso ocorra, é preciso que haja efetiva transparência nessa aplicação, o que não vemos suficiente. Desafio o governo do Estado de Minas Gerais a ser transparente na destinação de recursos para o setor de saúde e nos dizer onde está a transparência e a clareza na aplicação dos recursos.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)\* - Deputado Adelmo Carneiro Leão, V. Exa. toca em dois pontos fundamentais. Primeiramente, no que diz respeito à Emenda Constitucional nº 29, a aplicação dos 12% no Sistema Único de Saúde. O governo sempre se escora na velha muleta de dizer que falta a regulamentação da Emenda nº 29 para definir o que seja investimento em saúde. Essa é uma questão muito singela, pois investimento na saúde é o SUS. O argumento da falta de regulamentação é falso, pois agora o Estado, por sua autonomia, aprova a Lei de Diretrizes Orçamentárias e podemos, como V. Exa. o fez ao colocar a emenda, definir o que são gastos com a saúde. Com isso, resolveremos um problema crucial, pois Minas não aplica e não aplicou, nesses últimos oito anos, 12% na saúde; aplica somente 6,8% ou 6,9%; não atinge 7%, porque faz a maquiagem das contas da saúde, faz o cômputo de gastos que não são efetivamente da saúde. Podemos corrigir isso na LDO. Podemos estabelecer, por norma, nesse instrumento fundamental, que é a LDO, que gastos com saúde têm de ser investimentos diretos; que não se pode computar, entre eles, gastos com rede de esgoto, saúde animal, aposentadoria. Não se pode incluir como investimento em saúde o dinheiro que o servidor público tem descontado em sua folha de pagamento para o plano de saúde do Ipsemg. Nesse caso, a maldade é dupla: fazem o cálculo como se esse dinheiro fosse investimento próprio do governo, entra como investimento em saúde, mas é dinheiro do trabalhador, do servidor público e não chega sequer ao Ipsemg, onde está faltando atendimento. Não há desculpa pela falta de regulamentação, pois a hora de regulamentar é aqui e agora. Na LDO, o governo deve ter essa sensibilidade. Não adianta vir aqui dizer que a saúde vai mal, que não é só um problema do governo do Estado. O governo federal tem feito a sua parte e, nos últimos anos, aumentou em 185% os repasses da União para Estados e Municípios em saúde. O governo federal tem criado, implantado e ampliado programas fundamentais como o Samu, que hoje está presente em mais de 3 mil Municípios deste país; o governo federal implementou e tem ampliado o programa das farmácias populares; tem dado atenção especial ao atendimento básico, ao Programa Saúde da Família e aos agentes comunitários; enfim, o governo federal tem feito a sua parte. Deputado Adelmo Carneiro Leão, como exemplo sobre os Municípios, a Prefeita Marília Campos, da segunda maior cidade de Minas Gerais, Contagem, que tem quase 700 mil habitantes, sofre na pele a falta de investimento do governo do Estado, porque todo o sistema de saúde cai em cima do Município. Contagem está investindo quase 20% de sua arrecadação em saúde, mas não dá conta, porque o governo do Estado não a auxilia. Na cidade, não há hospital da rede estadual.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão\* - Vinte por cento dos recursos no Sistema Único de Saúde.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)\* - No Sistema Único.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão\* - Não contabiliza a Copasa, não.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)\* - Não contabiliza a Copasa, não.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão\* - Não contabiliza aposentado, não.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)\* - Não contabiliza aposentado, não contabiliza...

O Deputado Adelmo Carneiro Leão\* - Não contabiliza regime fechado, não.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)\* - De jeito nenhum. Não contabiliza a saúde animal, as zoonoses. Não contabiliza! Então, 20% de investimentos. A Prefeita Elisa Costa, em Governador Valadares, que é um polo regional, recebe todas as mazelas do nosso grande Vale do Rio Doce no hospital regional de lá, que não é o hospital da Prefeita Elisa Costa somente, mas um hospital regional, pelo qual o Estado também é responsável. Porém o dinheiro não chega lá. E há um déficit de R\$6.000.000.000,00. É a dívida do Estado para com os Municípios. Essa é uma realidade. Se quisermos inverter esse princípio, nós podemos fazê-lo. É só aprovarmos aqui, na LDO, que dinheiro da saúde é só o Sistema Único de Saúde. V. Exa. toca no segundo ponto, também fundamental: a questão da transparência. Ontem saiu o indicador da transparência pública no Brasil, no Portal da Transparência. O governo federal ganhou nota 7,56, quase 8. O Portal da Transparência do governo federal é exemplar. Você sabe de onde saiu o dinheiro, para onde está indo, qual o tipo de investimento. Aqui em Minas foi uma luta. Deputado Adelmo, nunca conseguimos abrir o Portal da Transparência de Minas Gerais, o Portal da Transparência...

O Deputado Adelmo Carneiro Leão\* - Deputado Carlin Moura, quero só abordar uma questão. Você está se referindo a Deputados.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)\* - Deputados.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão\* - O Portal da Transparência do Governo Federal é aberto aos cidadãos e às cidadãs deste País.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)\* - Justamente, Deputado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão\* - O Portal da Transparência de Minas Gerais nem para os Deputados.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)\* - Nem sequer para os Deputados.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão\* - Está nebuloso.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)\* - Era aberto. Para instalar o Portal da Transparência, foi necessária a lei federal. Hoje, o Portal da Transparência de Minas abriu por determinação de uma lei federal. Mesmo assim, Deputado Adelmo, na semana passada, o portal estava fechado. Foi preciso uma intervenção da nossa Bancada PT-PMDB-PCdoB para que o portal voltasse...

O Deputado Adelmo Carneiro Leão\* - O governo explicou por que razão iria fechar seu Portal da Transparência?

O Deputado Carlin Moura (em aparte)\* - Até hoje não ouvi essa explicação.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão\* - Tanta neblina...

O Deputado Carlin Moura (em aparte)\* - Aí não é à toa, Deputado Adelmo, que o Estado de Minas Gerais se encontra no 5º lugar, entre os Estados brasileiros, do indicador de transparência, com nota 5,6. Poderia estar no grupo dos Estados-referência, como São Paulo, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul. Poderíamos ter um Portal da Transparência, poderíamos ter mais transparência nas contas públicas, para que o cidadão pudesse acompanhar de onde o dinheiro está saindo e para onde está indo. Estou me referindo às contas públicas diretas. Se entrarmos nas estatais, aí...

O Deputado Adelmo Carneiro Leão\* - E a Cidade Administrativa?

O Deputado Carlin Moura (em aparte)\* - Aí, nem se fala. Se for entrar nas estatais, como Cemig, Copasa, Codemig, não se tem acesso. Não se sabe quanto se gasta do orçamento dessas estatais com propaganda, neste Estado. Quanto a Cemig gasta com propaganda? Qual é o orçamento da Cemig para a publicidade? Da Copasa? Da Codemig? É uma questão fundamental. Deputado Adelmo, considero uma das leis mais importantes, dentro do Parlamento - se pudéssemos estabelecer uma hierarquia de leis -, fora a nossa Constituição, a lei orçamentária, porque, pela qualidade dela, você vai lá na ponta da linha, ver a qualidade do serviço público. Então, a Lei de Diretrizes Orçamentárias possibilita sermos mais transparentes, estabelecermos a política de governo e determinarmos o que o Estado vai fazer no ano seguinte. Então, se for acatada a emenda de V. Exa., que determina 12% no Sistema Único de Saúde, e se houver a devida transparência no acompanhamento desses investimentos, é óbvio que a saúde melhorará. A prova disso é que o governo federal tem contribuído e ajudado a melhorar a saúde no País, mas muito ainda precisa ser feito. O Sistema Único de Saúde é um tripé: governo federal, Estados e Municípios. Se uma das partes não cumpre o seu papel, esse tripé fica capenga. Infelizmente, em Minas, ele está capenga na saúde e na educação - isso é incontestável. O governo de Minas pode ser bom em muitas coisas, mas ainda deve muito aos mineiros nas áreas de saúde e de educação.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão\* - Muito obrigado, Deputado Carlin Moura. Quero dizer a V. Exa. que está tramitando no Ministério Público deste Estado denúncia extremamente grave de que a Copasa - e isso não está nem na administração; passa longe da Secretaria de Saúde; o Secretário não sabe, aliás, poucos sabem o que está acontecendo lá por falta de transparência, e não aplica os recursos mínimos constitucionais na saúde -, não repassou os R\$3.000.000.000,00 para que o Estado investisse efetivamente em saneamento. Esses recursos estão apenas no papel. Faço parte daqueles que entendem que saneamento é fundamental. Acontece que isso não pode ser contabilizado no SUS porque a Copasa taxa os seus serviços. Cada um de nós que consome água paga pela destinação e pelo tratamento do esgoto. Isso não pode ser contabilizado para efeito do cumprimento da Emenda à Constituição nº 29. Espero que isso seja julgado o mais rapidamente possível. Outra questão extremamente séria é que a falta desses recursos...

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)\* - Só quero dizer a V. Exa. que, infelizmente, a não regulamentação da Emenda à Constituição nº 29 é que suscita todas essas dúvidas. No Congresso Nacional, há intensa pressão para que seja regulamentada, mas setores ligados ao governo federal não querem a sua regulamentação. O fato é que, sem regulamentação, não há nitidez sobre o que é ou não gasto com saúde.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão\* - Deputado, só um minuto.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)\* - Só vou concluir o meu raciocínio.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão\* - Enquanto V. Exa. localiza o item constitucional, quero perguntar o seguinte: não estando regulamentada, esta Assembleia pode, por meio da LDO, definir os limites de aplicação?

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)\* - Sim, perfeitamente.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão\* - Só quero reafirmar essa condição. Então, podemos?

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)\* - É claro, isso compete a nós; podemos e devemos. Mas dentro do podemos e devemos, o art. 200 da Constituição Federal estabelece claramente o seguinte: "Ao Sistema Único de Saúde compete, além de outras atribuições: IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico". Portanto, saneamento básico é competência do SUS, é gasto com saúde. O Deputado Carlin Moura, que me antecedeu como aparteante, disse que a saúde de Minas é uma das piores do Brasil. Pelo contrário, de acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb -, publicado pelo governo federal, pelo Ministério da Educação há 10 dias, Minas Gerais ficou em 1º lugar. Isso vai frontalmente contra as palavras do Deputado que me antecedeu e que fez aparte a V. Exa. Minas Gerais é o melhor Estado do País na educação pública básica. Muito obrigado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão\* - Só que meia verdade não é uma verdade. Não vou dizer que é mentira, mas temos de analisar esses dados com mais precisão. O Ideb tem um conjunto de informações importantes, mas, seguramente, não é a parte do governo do Estado que faz melhor o ensino fundamental, o ensino básico em Minas. Vamos verificar isso nas Prefeituras, em outros setores de ensino e no ensino fundamental. Isso não é coisa só do governo do Estado; existe uma parcela de contribuição do governo, mas o que melhorou mais não ocorreu em função de práticas do governo, que não ajudou os professores. Ele fez investimentos em infraestrutura, mas não investiu em muitas questões fundamentais da educação. Se verificarmos as Prefeituras pobres do Jequitinhonha, as Prefeituras do Sul de Minas e algumas escolas, constatamos que foram elas - não são escolas estaduais, mas municipais - as responsáveis por essa melhoria em função da dedicação de alguns Prefeitos. Fundamentalmente, o que está melhor na educação em Minas se deve à brava luta dos professores mineiros que, com todas as dificuldades, limitações e constrangimentos, ainda insistem em cumprir essa ação missionária em favor das crianças, da educação e do bem. Não tenho dúvidas de que, no dia em que o governo de Minas fizer da educação prioridade, com as potencialidades e talentos que temos, com esse sentimento cívico do povo mineiro, teremos um salto de qualidade nunca antes visto no Estado de Minas Gerais.

O Deputado Weliton Prado (em aparte)\* - Agradeço e parabeno o Deputado Adelmo Carneiro Leão pelo brilhante pronunciamento. Concordo plenamente com V. Exa. O Deputado Lafayette de Andrada caiu em contradição; confirmou a pergunta que V. Exa. fez, ou seja, se, na LDO, poderia ser definido o percentual aplicado em saúde em Minas Gerais. Ele disse que poderia, que não há nenhum problema e que o que falta é vontade política.

O Presidente Lula está coberto de razão, porque disse, mais de uma vez, de forma firme e indignada, que a Proposta de Emenda à Constituição nº 29 não foi aprovada porque os Governadores fazem gestões junto à base de Deputados Federais dos Estados e usam de todos os artifícios para impedir a aprovação. Por quê? Porque não agem corretamente, ou seja, pegam recursos de outras finalidades e os aplicam como se fosse na área da saúde. Porém, na verdade, gastam muito pouco com essa área.

Se o Governo de Minas quiser sinalizar a aprovação, basta definir isso na LDO. Deputado Adelmo Carneiro Leão, V. Exa. está coberto de razão: infelizmente, não existe vontade política do governo do Estado, que não deseja enfrentar o problema, que arruma desculpas e diz que depende de regulamentação da matéria pelo Congresso Nacional; mas agora, que estamos no momento certo, o governo não quer a aprovação da matéria. Por quê? Porque não faz o que é correto. O Tribunal de Contas sinalizou nesse sentido. O déficit de aplicação na área de saúde é muito grande em Minas Gerais; é um problema sério.

V. Exa. disse muito bem que as bravas guerreiras e os bravos guerreiros, servidoras e servidores da educação, conseguiram quebrar, furar o bloqueio da grande imprensa, mobilizaram-se e reivindicaram a implantação do piso nacional de salários em Minas. Infelizmente, foi aprovado um subsídio e foram retirados direitos adquiridos dos servidores - e isso não é o que determina a lei federal. Houve rodadas de negociações, de conversas em função da mobilização dos servidores, além de uma atuação muito firme do Bloco PT-PMDB-PCdoB nesta Casa. Esperamos que o próximo governo, independentemente de quem seja, valorize o ser humano. V. Exa. disse muito bem que houve investimentos em infraestrutura, mas devemos fazer justiça, porque grande parte desses recursos foram liberados pelo governo federal.

Os recursos para a Copasa fazer saneamento básico vieram do governo federal, do PAC. A Copasa cobra um valor muito alto pela água. Às vezes, cobra pelo saneamento de esgoto em muitas cidades que não têm esse benefício. Outra parte dos recursos vieram de empréstimos que votamos aqui. V. Exa. e eu votamos a favor de empréstimos, até mesmo internacionais, para que pudéssemos garantir o Processo e outros programas que trazem melhorias às rodovias do nosso Estado.

Grande parte desses recursos - o governo não fala - vão ser pagos pelo próximo Governador. São empréstimos para o futuro. Isso vai sobrar para o próximo Governador. É muito importante pontuar e dizer a verdade.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão\* - Como é a situação da Copasa? Onde operam os maiores investimentos em saneamento deste Estado? Quem paga isso? É o governo? O governo retira do que se paga para fazer saneamento. Ele não cobra ICMS sobre as ações de saneamento, sobre a água e o esgoto? É importante que o povo de Minas entenda esse fato. O que está sendo contabilizado em investimento para o saneamento, contabilizado na conta de saúde, é pago pelo povo de Minas. Paga-se imposto para fazer saneamento, aliás, um dos impostos mais caros deste país. Essa é a realidade. Quem paga a energia? O povo de Minas Gerais. Vi aqui muita gente falando do Luz para Todos. A propaganda é enorme, como se estivessem fazendo um grande bem ao povo. Estão mesmo, mas quem coloca na conta do povo, sem tirar nada, quem coloca a fundo perdido, quem destina recursos para investimentos para os pobres é o governo federal. A Cemig, quando implanta um poste, o poste é dela; quando coloca o transformador, o transformador é dela; quando coloca a rede elétrica, a rede é dela e, quando o pobre consome energia, uma parte é paga a ela. Mesmo os tais pobres pagam. Ninguém consome energia de graça em Minas. Pagamos impostos para consumir energia, inclusive. Essa é a realidade posta. Estamos discutindo sobre o que o governo retira das suas receitas correntes, 12%, e coloca no Sistema Único de Saúde. Esse é o problema. Essa é a questão da Emenda Constitucional nº 29. Se não houver a regulamentação, tudo vai continuar na mesma. Quero dizer que aqui podemos, só não o fazemos, porque, infelizmente, quem mais pode nesta Casa é o mando do governo, do Executivo. Infelizmente, quem obedece ao mando do governo é a maioria dos Deputados que constituem esta Casa, que fazem parte do governo, que são governo. Por isso fazem todas essas justificativas para não cumprirem o que manda o princípio fundamental da Constituição. O que está na Emenda nº 29 é mínimo. Se o governo tem interesse em aplicar no sistema fechado, para melhorar o atendimento a seus servidores, pode fazê-lo. Ele pode colocar a mais. Ele não pode colocar o mínimo, porque o mínimo é para atender a todos. Vejo aqui, em discursos, que ele ajudou muito o Hospital Militar, um ou outro setor, mas a população mais pobre de Minas está à míngua, está esperando por uma cirurgia que não chega na hora, por um medicamento que falta, por um tratamento que passa da hora, só agravando o problema.

Deputado Weliton Prado, para V. Exa. ter uma ideia, há um mês e meio, o governo de Minas está convocando o Exército para combater a dengue. A situação ficou tão calamitosa, tão desastrosa, no Estado de Minas Gerais, que tiveram de convocar o Exército para combater a dengue. Isso está na manchete do "Estado de Minas". Senhores presentes, isso seria totalmente dispensável se o recursos fossem colocados no processo de educação para a saúde, de saúde pública, de prevenção, com a participação da sociedade, com o envolvimento dos conselhos municipais, do conselho estadual. Cada obra é feita como se fosse uma benesse, um favor, um presente, mas as coisas não estão estabelecidas na ordem constitucional vigente.

A LDO é um faz de conta. Depois vem a lei orçamentária, que é outro faz de conta. Imaginem vocês: recursos que foram conveniados com hospitais no ano passado, para equipá-los melhor, para a compra de remédios, para a saúde, não foram destinados ao fim proposto. E não foram destinados primeiramente - V. Exa. sabe -, pelo argumento da Advocacia-Geral do Estado de que não se pode repassar recursos para instituições em ano eleitoral. Quer dizer, o convênio foi celebrado no ano passado; passaram-se os meses de janeiro e fevereiro; em março dizem: "Agora não pode". Mas deveriam ter repassado no ano passado, e passaram-se dois meses. Entramos com um questionamento no Tribunal Superior Eleitoral, que disse: "Não, os convênios podem e devem ser cumpridos". Ai o que aconteceu, Deputados? Chegou o momento de dizer: "Agora não pode mais por causa do processo eleitoral", como se a necessidade das pessoas e os convênios estabelecidos pudessem ser vetados em função do processo eleitoral. Isso é um absurdo, é absolutamente inaceitável. Esta é a lógica do sofisma: sempre criar uma situação para não cumprir o compromisso com a sociedade.

Diante desses fatos, Deputado Weliton Prado e demais parlamentares, estamos vivendo uma situação paradoxal: o Tribunal de Contas e o Ministério Público, ambos de Minas, são instituições pelas quais temos um carinho muito especial. Mas quero chamar a atenção do Ministério Público de Minas e dos meus ex-colegas da Assembleia mineira, agora no Tribunal de Contas, para o fato de que não é aceitável ter pesos e medidas diferentes para Prefeituras e para o Estado. Quando analisamos as contas das Prefeituras, para efeito da aplicação da emenda constitucional - que não está regulamentada para as Prefeituras -, o Ministério Público e o Tribunal de Contas levam em consideração o mínimo que está estabelecido na Constituição. Por que o Tribunal de Contas não faz a mesma exigência para o governo de Minas? Por que o Ministério Público não trabalha com o mesmo rigor com que trabalha com as prefeituras quando se trata do governo do Estado? O que acontece? As prefeituras são obrigadas pela Constituição - Emenda Constitucional nº 29 - a aplicar 15% das suas receitas correntes - o que elas arrecadam - no Sistema Único de Saúde. A maioria das prefeituras aplica mais que 15%, algumas 18%, 20%, 25%, 30% dos recursos.

E, agora, faço o discurso geral com que todos concordamos: a distribuição das riquezas deste país, dos recursos arrecadados é desproporcional, considerando-se União, Estados e Municípios. Essa desproporção coloca em último lugar, para efeito de percentual de captação de recursos, os Municípios, pois são os que menos recebem, mas são obrigados a aplicar 15% das suas receitas correntes no setor de saúde. Aplicam mais e ainda têm de contribuir com a manutenção da Polícia Militar do Estado; têm de contribuir com o sistema agrário do Estado - o IMA recebe recursos -; têm de contribuir com o setor judiciário; têm de contribuir com todo mundo. E ficam em enormes dificuldades.

Em relação à saúde, se o Estado deixa, a cada ano, de repassar para o sistema de saúde aproximadamente R\$1.000.000.000,00, significa que as prefeituras, mesmo aplicando os seus recursos e gastando cada vez mais, não dão conta de sustentar as demandas em cada um desses Municípios. É essa a realidade. Temos que analisar que o Estado, ao assumir para si o cumprimento da emenda constitucional, pode amenizar, desonerar de maneira significativa os Municípios nos gastos com saúde. Ou seja, pode permitir que os Municípios, aplicando o mínimo constitucional, que é o seu dever, possam receber os recursos das contrapartidas do Estado e, dessa forma, ter um sistema mais efetivo, mais eficaz, de modo a chegar à posição de um dia não precisar chamar o Exército para combater a dengue. Temos que convocar outras forças para

combater a dengue e isso se faz com investimentos na saúde, na educação, na saúde pública, na prevenção, no trabalho, nas escolas, na orientação de todos os setores da comunidade, nas igrejas, nas escolas, nos sindicatos; investir em saúde pública, investir e orientar as pessoas, capacitar as pessoas para fazer um bom trabalho, investir em saneamento básico. É necessário colocar recursos da arrecadação, do Tesouro, no Sistema Único de Saúde, no sistema de saneamento. É claro que o saneamento é importante. Há muita gente que não pode pagar por esse serviço e precisa dele, porque o esgoto está correndo a céu aberto, a água está aquém das qualidades para consumo humano. Assim, o governo pode e deve aplicar no sistema de saneamento, no tratamento de água, na destinação correta dos esgotos, na recuperação das nascentes, porque parte desses recursos é reconhecida como investimento em saúde e assim pode e deve ser contabilizada. O que não pode acontecer é o que está acontecendo em Minas. E o que está acontecendo em Minas sacrifica as pessoas mais simples, mais humildes, mais pobres e dificulta o processo de desenvolvimento do nosso Estado.

Sr. Presidente, é por essas razões que aqui venho para dizer não a esta Lei de Diretrizes Orçamentárias como está proposta e acolhida no relatório que já votamos na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. O meu voto é pela saúde, pela transparência; o meu voto é por Minas, pelo desenvolvimento; o meu voto é para que os recursos que são recolhidos neste Estado, ou que chegam por diferentes fontes, sejam aplicados de forma a promovermos o pleno desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, atendendo fundamentalmente aos que mais precisam. Sendo assim, não tenho condições de votar favoravelmente o projeto de lei de diretrizes orçamentárias que o governo do Estado apresentou para esta Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Espero que, ao longo da nossa vida e de todas as lutas feitas pelos mineiros e pelas mineiras, possamos, algum dia, chegar a uma estrutura de governo que atenda com maior transparência e com maior compromisso os mais puros e legítimos interesses dessa nossa gente. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado\* - Cumprimento a todos e a todas. Serei breve.

Apresentamos várias emendas para aperfeiçoar o projeto do governo do Estado que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2011 e dá outras providências. Infelizmente, apenas uma emenda foi acatada. Dentre as emendas que apresentamos, gostaria de destacar uma, muito importante, que aumenta o limite de despesa com pessoal e encargos sociais da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil. Essa emenda permite não apenas a implementação de novas tabelas salariais, mas também a concessão de gratificações por atividade de risco, a gratificação de periculosidade, prevista na Constituição do Estado. Se as profissões de policial civil, bombeiro ou policial militar, Agente Penitenciário ou Socioeducativo não forem consideradas de risco, nenhuma outra será. Mais de 139 policiais morreram, nos últimos anos, por serem policiais. Trata-se de uma questão muito séria. Outros Estados pagam o auxílio de periculosidade aos servidores da segurança pública, que, em Minas Gerais, não sai do papel. Há um projeto nosso em tramitação nesta Casa. Estávamos propondo essa emenda à LDO, mas infelizmente não foi aprovada. Fica aqui registrado o nosso lamento. Faço coro com as palavras do Deputado Adelmo. Vamos nos posicionar contra a aprovação da matéria, simbolicamente. Não foi aprovada a nossa emenda que aumenta o limite de despesas sociais e encargos para a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar e a Polícia Civil. Apresentamos outra emenda que aumenta o limite de despesas, para garantir a implementação do Piso Nacional da Educação, de R\$1.312,26, ou seja, para garantir que o próximo governo tenha condição de pagar o que está previsto na LDO. Mais uma vez, não foi aprovada a emenda para os professores e os servidores da educação. Queria registrar o meu posicionamento de votar contra a LDO, por não prever o aumento de limite de gastos com a educação, para a implementação do Piso Nacional da Educação. Quero aproveitar para parabenizar todos os servidores da educação pela mobilização, coragem, firmeza, organização e união. Eles nos deram uma verdadeira lição de cidadania, paralisando suas atividades por quase 50 dias. A categoria ganhou gás novo e mostrou a realidade a toda a população de Minas. O servidor andava com o contracheque na mão, mas conseguiu furar o grande bloqueio da imprensa e mostrar que está empobrecido, recebe salário de fome e não consegue sobreviver com um salário tão pequeno. Há grande contradição: Minas Gerais, uma das maiores economias do País, paga muito pouco aos seus servidores. O Orçamento do Estado passou de R\$17.000.000.000,00, em 2003, para quase R\$50.000.000.000,00 para o próximo ano. Infelizmente, os servidores do Estado não são valorizados. Sempre dissemos que a cidade não é somente concreto e ferro; a cidade possui sentimento, mas não há preocupação com o ser humano. Fica aqui o nosso protesto.

A emenda que apresentamos para garantir a implementação do Piso Nacional da Educação, de R\$1.312,26, infelizmente, não foi aprovada. Também apresentamos uma emenda que aumenta o limite das despesas de pessoal, a fim de serem garantidos salários dignos e reajuste aos assistentes técnicos da educação. Também não foi aprovada essa emenda, que faria justiça a todos os assistentes técnicos da educação básica do nosso Estado. Outra emenda apresentada garantia a redução das alíquotas do ICMS incidentes sobre a energia elétrica e a telefonia, uma das maiores do País. A alíquota relativa à energia elétrica residencial chega a 42%. Gosto sempre de dizer que Tiradentes foi esquartejado por um quinto da Coroa, ou seja, 20%. Apresentamos um projeto para acabar com a assinatura básica da telefonia - há várias ações na Justiça - e entramos com uma ação no Ministério Público para suspender imediatamente a cobrança do PIS e do Cofins nas contas de energia e nas contas telefônicas.

Hoje se cobram quase 7% na conta de energia. Vem lá detalhado PIS e Cofins, só que a responsabilidade de pagá-los não é do consumidor, mas da empresa. Esta não os paga e os repassa ao consumidor, que tem de pagá-los. Isso está errado e é ilegal. Então, já entramos com uma representação no Ministério Público e também contra as empresas de telefonia, que cobram PIS e Cofins - e isso não vem detalhado na conta. Se você observar a conta, não há nada escrito e você nem sabe o que está pagando, sendo que são quase 7%. Dessa forma, quem tem de pagar o PIS e o Cofins são as companhias de telefone, e não o consumidor. Eles jogam isso para os consumidores, que pagam sem saber. São quase 7%, todos os meses, na conta do telefone. Seja fixo, seja celular, você paga PIS e Cofins, que não são sua responsabilidade, mas obrigação da empresa. Então, apresentamos essas emendas.

Também apresentamos uma emenda para garantir maior redução do ICMS que incide sobre os biocombustíveis, inclusive o ICMS do álcool combustível. Aliás, houve a aprovação, em 1º turno, de um projeto nosso que foi anexado ao do Governador e reduz o ICMS em 3%. É muito pouco. Em São Paulo, o ICMS do álcool corresponde a 12%, mas, em Minas Gerais, a 25%: mais que o dobro. Por isso apresentamos essa emenda para que os nossos produtores possam competir com os dos Estados vizinhos, como São Paulo e Paraná, onde realmente a alíquota é muito inferior à cobrada em Minas Gerais.

Outra emenda que apresentamos visa assegurar a instituição de um fundo de recursos orçamentários que compense a perda dos Municípios. Hoje os Municípios arcam com uma parcela significativa de recursos destinados a atribuições do Estado e da União. Os 75% do ICMS, imposto tipicamente municipal, ficam para o Estado, um ente só, e os 25% restantes são distribuídos para 853 Municípios. Isso é muito injusto: um ente só, o Estado, fica com 75% do ICMS, que é arrecadado em grande parte no Município, pois é um imposto tipicamente municipal. Realmente, isso é muito injusto.

Apresentamos outra emenda, que foi acatada - e gostaria de agradecer ao relator -, que destina dotações para promover o saneamento básico e a revitalização das bacias hidrográficas do Estado de Minas Gerais, algo importante para a execução de projetos de estação de tratamento de esgoto. Com isso, será garantida a universalidade do serviço de saneamento básico no Estado e a qualidade do tratamento do esgoto. Quero agradecer ao Deputado Agostinho Patrus Filho a aprovação dessa emenda. Como exemplo, citamos a Copasa, integrante da administração indireta do Estado e que atua como concessionária em centenas de Municípios, despejando sem tratamento o esgoto sanitário em córregos e cursos d'água que atravessam diversas cidades e poluem tanto o ar quanto as águas. A população sente ainda os efeitos do mau cheiro - e isso realmente é muito sério -, pois o odor exalado é muito grande, o que aumenta o risco de doenças na população. Portanto, os serviços não são prestados de forma efetiva, universal e adequada e, dessa forma, é preciso considerar o saneamento como prioridade. Aliás, no ano passado, conseguimos suspender o aumento do valor da conta de água da Copasa; a primeira vez que isso aconteceu na história. Em 2008, conseguimos a redução de 17% do valor da conta de luz da Cemig. Este ano conseguimos outra vitória e impedimos mais um aumento do valor da conta de luz. Então, a emenda acatada é importante para realmente garantirmos que haja dotações orçamentárias que promovam

saneamento básico e revitalização das bacias hidrográficas no Estado de Minas Gerais.

Outra emenda apresentada é para destinar dotações orçamentárias para as reformas estruturais de prédios escolares das instituições de ensino do Estado de Minas Gerais, os quais estão comprometidos pelas precárias infraestruturas. Há escolas caindo aos pedaços e com falta de cadeiras e carteiras. Há escolas, na zona rural, que não têm sequer banheiro. Também não têm biblioteca nem uma sala de computadores. Muitas escolas estão sem quadros e sem quadras cobertas. Então, com essa emenda pretendemos melhorar a estrutura dos prédios escolares.

Outra emenda que apresentamos se refere à reestruturação do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg - e é muito importante. Às vezes, o servidor contribui muito para o Ipsemg, mas, infelizmente, não recebe tratamento adequado de saúde. Há, aliás, um projeto para se dar calote nos servidores públicos, com o desvio do dinheiro que pagam ao Ipsemg para o caixa único.

Ainda, apresentamos outra emenda para assegurar dotação suficiente para implementação do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor. As empresas de telefonia fixa e de celular e tanto a Cemig quanto a Copasa infringem várias normas relativas a direitos dos consumidores. Assim, essa proteção será mais eficaz e permitirá o processamento de reclamações individuais dos consumidores, o que não ocorre hoje.

O consumidor mineiro ainda contaria com a participação do Estado para assegurar a solução dos conflitos que envolvem ofensas às normas de proteção ao consumo, o que resulta na conseqüente diminuição dos conflitos levados à análise do Poder Judiciário e evita morosidade. Quero parabenizar o Promotor Antônio Baeta, que é normalmente um guerreiro em defesa dos consumidores do Estado de Minas Gerais.

A outra emenda que apresentamos se refere a dotações orçamentárias suficientes para as ações de apoio à iniciativa de comercialização direta entre agricultores familiares e consumidores, para a aplicação da Lei nº 1.881/2010, de nossa autoria, que tem o objetivo de promover a diminuição das desigualdades sociais, criar oportunidades de trabalho e estimular a permanência das famílias no campo, além de trabalhar a segurança alimentar e nutricional da população.

A Emenda nº 15, que apresentamos, cria dotações suficientes para ações de estímulo ao desenvolvimento de polos de fruticultura em todas as regiões do Estado, garantindo-se o apoio do governo à produção e industrialização de frutas em Minas Gerais. O Triângulo Mineiro já é um grande produtor de abacaxi, maracujá, laranja e outras frutas, mas essa produção se concentra em alguns poucos Municípios. Temos o objetivo de ampliar e garantir recursos necessários e, para isso, já foi aprovado um projeto que diz respeito à política de incentivo à fruticultura no Estado.

Cito, ainda, a emenda que apresentamos visando ao aumento do limite da folha de pagamento para a Defensoria Pública, onde estão os advogados dos pobres, do povo. Ela presta serviços belíssimos, mas, infelizmente, grande parte das cidades de Minas não têm essa instituição. Isso é um absurdo.

Apresentamos também uma emenda para garantir que os reajustes anuais aos servidores públicos não sejam inferiores aos relativos ao salário mínimo. Contemplamos todos os servidores - os da educação, os da segurança pública, os da saúde, os da administração da Polícia Civil, os fiscais - e apresentamos várias emendas para garantir recursos suficientes para seus encargos sociais. Então, gostaria de agradecer.

Vamos votar a LDO e queria expor aqui o meu posicionamento. Nossas emendas não estão contempladas nessa lei, apesar de serem importantes, uma vez que beneficiam os servidores públicos, os consumidores e a população de forma geral no que diz respeito à diminuição do ICMS tanto da energia quanto da telefonia. São emendas que poderiam ajudar, com certeza, o futuro governo a planejar e fazer justiça social. Infelizmente, elas não foram aprovadas, por isso registro aqui o meu posicionamento de votar contra a LDO.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Vem à Mesa requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão em que solicita a votação destacada da Emenda nº 31. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Em votação, o projeto, salvo emendas, subemendas e destaque. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Irani Barbosa - Verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 14 Deputados. Portanto, não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito e solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Doutor Ronaldo) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 29 Deputados. Portanto, não há quórum para votação.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do § 4º do art. 249 do Regimento Interno, vai suspender a reunião por 1 minuto para que se configure o quórum para a continuação dos trabalhos. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. A Presidência verifica, de plano, que já se configurou o quórum necessário para votação. A Presidência vai renovar a votação. Em votação, o projeto, salvo emendas, subemendas e destaque. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam com se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Em votação, as emendas e subemendas com parecer pela aprovação, salvo destaque. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam com se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Com a aprovação das Emendas nºs 19, 32 e 18, ficam prejudicadas as Emendas nºs

35, 86 e 87, respectivamente. Com a aprovação da Emenda nº 116, ficam prejudicadas as Emendas nº 1, 6, 29, 44, 49, 63, 99 e 106. Com a aprovação das Subemendas nº 1 às Emendas nºs 15, 24, 25, 33 e 81, ficam prejudicadas as respectivas emendas. Com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 75, ficam prejudicadas as Emendas nºs 20, 21 e 75.

Em votação, as Emendas nºs 2, 4, 5, 7 a 14, 16, 17, 26 a 28, 36 a 43, 45 a 48, 50 a 62, 64 a 74, 76 a 80, 82, 83, 85, 88 a 98, 100 a 105 e 107 a 112. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam com se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas. Votação da Emenda nº 31. Com a palavra, para encaminhar, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão\* - Sr. Presidente, rapidamente, para que os Deputados tenham conhecimento, quero dizer que essa é uma emenda solicitada pela área da assistência social da criança e do adolescente e também pelos integrantes das audiências de revisão do Plano Plurianual, para que não haja nenhuma possibilidade de contingenciamento na área da criança, na área da assistência e das emendas populares. Portanto, neste ano em que o Estatuto completa 20 anos, a Assembleia vai efetivar um gesto concreto na área da criança, por isso solicito aos Deputados e às Deputadas que a aprovem.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 31. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Com a aprovação da Emenda nº 31, fica prejudicada a Subemenda nº 1 à Emenda nº 31. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 4.576/2010 com as Emendas nºs 18, 19, 22, 23, 30 a 32, 34, 84 e 113 a 120 e as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 15, 24, 25, 33, 75 e 81. A Comissão de Redação.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, quero registrar o meu voto contrário.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, quero registrar o meu voto contrário.

#### Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2010 (À promulgação.), dos Projetos de Lei Complementar nºs 61 e 62/2010 e dos Projetos de Lei nºs 4.136, 4.143, 4.641 e 4.576/2010 (À sanção.).

#### Declarações de Voto

O Deputado Weliton Prado - Saúdo todos e todas. Novamente quero manifestar o meu posicionamento, pois votei contrariamente à aprovação da LDO, já que emendas muito importantes que apresentamos não foram incorporadas. Quero pontuar cada uma delas para justificar o meu voto contrário. O orçamento do Estado saltou, de 2003 para cá, de R\$17.000.000.000,00 para quase R\$50.000.000.000,00. Existem recursos e as emendas apresentadas são importantes para garantir a melhoria do atendimento das áreas de saúde e de educação, para valorizar os servidores públicos, para diminuir a carga tributária, pois no nosso Estado é tudo mais caro, e para prestar um melhor serviço à população. Infelizmente, essas emendas não foram aprovadas. Uma delas aumenta o limite da folha de pagamento da Defensoria Pública. Em 60% das comarcas do Estado não há Defensor Público, justamente naqueles Municípios onde o IDH é mais baixo e as pessoas são pobres. Como o cidadão terá acesso ao Poder Judiciário, ao advogado, se não tem dinheiro para custear essa despesa? O advogado do povo é o Defensor Público. O orçamento da Defensoria Pública do nosso Estado é de apenas 5%, o que é muito pouco. Em Minas Gerais, mesmo assim, a Defensoria Pública tem o maior índice de produtividade do País. Parabenizamos, portanto, os Defensores Públicos. Outra emenda que apresentamos foi a que estabelece o aumento do limite de despesa com pessoal, encargos sociais, para garantir o auxílio periculosidade para a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, os Agentes Penitenciários e os Agentes Socioeducativos, que são profissões de risco. Infelizmente, essa emenda também não foi aprovada. Também é de nossa autoria a emenda que aumenta o limite de despesas para garantir o piso nacional para os servidores da educação, que é de R\$1.312,26, garantindo a incorporação de todas as gratificações, que são direitos adquiridos. Infelizmente, a emenda não foi aprovada. Outras emendas apresentadas: aumento de despesas com pessoal para garantir salários dignos e reajustes aos assistentes técnicos da educação básica; redução das alíquotas de ICMS que incidem sobre energia elétrica e telefonia fixa e celular, pois a carga tributária, no nosso Estado, é muito alta. Também aqui o IPVA é mais caro que o de outros Estados da Federação, além de se pagar taxa de licenciamento, criada pelo ex-Governador Itamar Franco, um verdadeiro absurdo, ficando aqui nosso protesto e indignação. O ICMS da energia residencial chega a 42%, o do álcool é mais caro que o do Estado de São Paulo, de 12%. Agora é que conseguimos diminuí-lo de 25% para 22%, um projeto de nossa autoria anexado ao do Governador. Apresentamos emenda para a redução do ICMS, além de outras emendas: maior redução do ICMS que incide sobre o álcool combustível; instituição do Fundo de Recursos Orçamentários para compensar a perda dos Municípios, pois 75% do ICMS fica para o Estado e 25% é distribuído para 853 Municípios, que são obrigados a arcar com a manutenção de veículo da polícia, gasolina e até papel higiênico, já que o Estado não cumpre sua obrigação. Os Municípios ficam totalmente sobrecarregados. Outra emenda que apresentamos, tendo sido acatada, foi a solicitação de saneamento básico e revitalização das bacias hidrográficas. Conseguimos uma grande vitória, no ano passado, impedindo o aumento do valor da água da Copasa e com a criação de uma agência para regular o setor. Outras emendas que apresentamos destinam dotações orçamentárias para as reformas estruturais nos prédios das escolas e instituições de ensino; garantem a reestruturação do Instituto de Previdência dos Servidores; asseguram dotação orçamentária para a implementação do Programa Estadual de Proteção e Defesa dos Consumidores; garantem o apoio à comercialização direta entre os agricultores familiares e os consumidores. E a última emenda, com o nº 15, garante dotação suficiente para o estímulo e o desenvolvimento de polos de fruticultura no nosso Estado. Infelizmente, grande parte dessas emendas não foi aprovada. São emendas que valorizam os servidores públicos e diminuem a carga tributária. Apenas uma emenda, que diz respeito ao saneamento, foi aprovada. Por isso votamos contra a LDO. Esta é a nossa declaração de voto.

O Deputado Agostinho Patrus Filho - Sr. Presidente, Srs. Deputados, como relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias nesta Casa, tenho que ressaltar o comprometimento dos Deputados, a forma madura como as emendas foram apresentadas. Embora estejamos em período eleitoral, os Deputados da Casa apresentaram suas emendas pensando no Estado, e não, em um governo ou em outro. Por isso, foi possível a este relator acatar as emendas que 14 parlamentares apresentaram, emendas que, sem dúvida, melhoram o projeto original que chegou aqui. Não tenho dúvida de que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais pautou seu trabalho pela melhora do projeto. Portanto, merecem parabéns todos os Deputados desta Casa pelo trabalho realizado, pelas discussões que travaram, pelas questões levantadas, enfim, com certeza, pelo aprimoramento da LDO.

É importante também dizer que, pela primeira vez em Minas e no Brasil, temas ambientais e de sustentabilidade foram tratados e acolhidos na LDO. Mais uma vez, a Assembleia de Minas foi pioneira no lançamento de ideias. Minas foi o berço da primeira legislação sobre meio ambiente. Novamente a Assembleia de Minas inova, demonstra o seu pioneirismo; novamente os Deputados desta Casa mostram a capacidade que têm de trazer novos temas para discussão e aprovar inovações importantes.

Além disso, hoje, pelos jornais, acompanhamos a questão da transparência nas contas públicas. Esse foi também um tema importante tratado na LDO em Minas Gerais. Incluímos algumas emendas que trarão transparência às contas do Estado e dos demais Poderes, trarão ao conhecimento público e ao conhecimento desta Casa números importantes, como as receitas e despesas do Estado mês a mês, as dívidas contraídas, as despesas de cada órgão e de cada secretaria do Poder Executivo, como também do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça e do Ministério Público. Assim, com transparência, mostrando à população o que está sendo feito e onde o dinheiro está sendo empregado, aprimoraremos os gastos públicos, o que, com certeza, resultará na melhora da qualidade de vida das pessoas. Quero agradecer a esta Casa a indicação para ser o relator. Quero também agradecer aos parlamentares, que contribuíram muito para que esse projeto fosse aprovado com



tantas melhoras e tão aperfeiçoado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, ao declarar o meu voto favorável ao Projeto de Lei nº 4.576, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2011, quero dizer da satisfação pelo acolhimento de uma emenda de minha autoria pelo relator, o ilustre Deputado Agostinho Patrus Filho. Ele teve sensibilidade e entendeu a coerência deste Deputado ao apresentar essa emenda, que ajudará no processo de valorização dos policiais e dos bombeiros militares de Minas Gerais. Ela trata da possibilidade da transferência de maior volume de recursos, por parte do BDMG, para o IPSM no tocante ao programa Promorar Militar; é valiosa e foi aprovada pelo Plenário. Aprovamos agora a redação final, que seguirá para a sanção do Governador. É bom que todos os policiais e bombeiros militares que estejam nos acompanhando neste momento saibam que essa emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias, para a elaboração do orçamento de 2011, autoriza a transferência de recursos do BDMG para o IPSM, especificamente para o programa Promorar Militar, criado pelo governo Aécio Neves e encabeçado por seu Vice, o atual Governador Anastasia, que está de parabéns, porque soube e teve a sensibilidade de entender a grandeza desse programa habitacional. Tive oportunidade de servir aos quadros da Polícia Militar durante 15 anos. Percebi que especialmente as graduações iniciais sempre sofreram muito com a falta de política pública efetiva que trouxesse tranquilidade para a família de policiais e bombeiros militares quanto à casa própria. Essa emenda está na direção certa e é demonstração de que este Deputado está atento a essas causas, o que possibilita ao governo fazer essas transferências. Novamente reafirmo nosso compromisso com o Governador Aécio Neves e com o atual Governador Antonio Anastasia e demonstro nossa satisfação, pois, durante estes sete anos e meio em que estamos na base do governo, acompanhamos as evoluções, todo o crescimento e toda a melhoria conquistada ao longo desse tempo. É necessário registrar este agradecimento especial ao Governador Aécio Neves e ao Governador Antonio Anastasia. Aprovamos a Subemenda nº 1 à Emenda nº 25, que traz: "Acrescente-se ao art. 43 o seguinte parágrafo: 'O BDMG observará, em suas ações, a sustentabilidade do Fundo de Apoio Habitacional aos Militares do Estado de Minas Gerais'". Essa emenda faz com que haja possibilidade dessa transferência de recursos, o que muito significará para a continuação do programa habitacional Promorar Militar. Sr. Presidente, mais de três mil famílias, mais de três mil policiais e bombeiros militares foram atendidos por esse programa. Muitos companheiros nossos que moravam na periferia, na favela, em vilas, sem condição sequer de deixar sua farda pendurada no varal, para que marginais não soubessem que se tratava de policial, saíram da periferia, das áreas de risco e se encontram instalados em seus apartamentos, em suas casas. Encerrando o primeiro semestre, ao votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, deixo agradecimento especial novamente ao Governador Aécio Neves, porque me lembro de quando estive com ele e fiz apelo especial para que olhasse com carinho essa questão habitacional. Mais de três mil policiais e bombeiros militares foram atendidos por esse programa. Essa emenda representa a continuidade dessas transferências de recursos. Parabéns ao Governador Aécio Neves e ao Governador Prof. Antonio Anastasia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, é um grande prazer chegar ao dia de hoje e dizer para todo o Estado que esta Casa desenvolveu importante trabalho no primeiro semestre. Hoje é uma manhã histórica para Minas Gerais. Faço aqui coro com as palavras do Deputado Sargento Rodrigues, deixando nosso posicionamento claro, transparente e decisivo em favor da gloriosa Polícia Militar de Minas Gerais. Aprovamos hoje a Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2010 e o Projeto de Lei Complementar nº 61/2010, que versam sobre a Polícia Militar. Ao terminar esta manhã e no início desta tarde, neste momento nos cabe dizer que todos os posicionamentos nesta Casa são proveitosos. Agradeço aos Deputados e às Deputadas que se manifestaram favoravelmente aos dois projetos sobre a Polícia Militar. Entendemos que esta deve ser uma vigília constante. Observamos aqui vários depoimentos. Entre eles, quero ressaltar também a palavra do companheiro Deputado Antônio Júlio, que entende que toda matéria deve, "a priori", ser bem discutida, estudada. Não quero aqui dizer que esse encaminhamento esteja errado; está correto. Mas o que quero dizer é que a dívida social com a Polícia Militar de Minas Gerais vem de muitos anos. Esse reconhecimento do trabalho, da sua missão importante, data de muitos anos, não somente no que diz respeito aos soldos, mas também à sua condição de trabalho e principalmente à sua valorização profissional. A instituição da carreira jurídica na Polícia Militar de Minas Gerais mostra, sobretudo, crescimento e valorização. A valorização é muito importante porque, a partir do momento em que se exige uma qualificação mínima, é claro que todos aqueles que assumirão o compromisso de estar na Polícia Militar serão mais bem preparados. O que quero dizer com estas breves palavras é que votamos este projeto de forma consciente. Quero mandar um recado especial para o Batalhão de Lavras, localizado na região de Campo Belo, cidade onde resido. Estive nessa cidade com alguns oficiais, entre eles o Cap. Cerpa, com quem conversei sobre o projeto. Senhores militares, houve, nesta Casa, um posicionamento que nos causou muita alegria: parte dos parlamentares contrários à aprovação dessa matéria votou favoravelmente ao projeto, o que demonstra consciência e preparo da nossa parte. Quero deixar claro, quanto à Proposta de Emenda à Constituição nº 61, que a partir de agora podemos estudar outros encaminhamentos que reconheçam o valor da nossa Polícia Militar. Vamos para casa hoje com a sensação de dever cumprido, com a sensação de termos feito um trabalho muito especial no que diz respeito à valorização da nossa Polícia Militar.

Também aprovamos, nesta manhã, a importante Lei de Diretrizes Orçamentárias, que dará a Minas Gerais o encaminhamento de como serão utilizados os recursos do governo do Estado dentro do orçamento. É um projeto que abrange todas as regiões de nossa Minas Gerais, todos os programas. Quero deixar aqui uma missão para que os senhores e as senhoras de Minas Gerais compartilhem-na conosco. É notório o avanço na área social. Aqueles que enfrentavam dificuldades com a habitação, por exemplo, obtiveram uma crescente melhora nos últimos oito anos. Deixo um recado muito importante, um ditado muito conhecido nas terras de Juscelino Kubitschek, Tiradentes, Tancredo Neves, assim como em todo o Brasil: "O pior dos cegos é aquele que insiste em não enxergar". Esse é o pior dos cegos. Só não vê, só não sente, só não acompanha quem não quer. Minas Gerais, ao aprovar a LDO hoje, mostra, na prática, os recursos que são destinados a todos os setores, em especial à assistência social. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Doutor Rinaldo Valério - Sr. Presidente, nesta manhã, cumprimos, como parlamentares, nosso papel de representar bem o Estado de Minas Gerais. Votamos favoravelmente à proposta de emenda à Constituição e ao projeto de lei complementar que decide sobre a gloriosa Polícia Militar de Minas Gerais. Durante esta semana e na semana passada, recebemos vários telefonemas de policiais, de oficiais, pedindo o apoio, uma votação favorável a esta proposta de emenda à Constituição e a este projeto de lei complementar. Hoje, esta Casa está de parabéns, porque votou favoravelmente a essas matérias. Esta Casa aprovou o projeto de lei e a proposta de emenda à Constituição, cumprindo nosso papel. Estamos encerrando os trabalhos neste semestre, votando a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Minas Gerais pode sentir orgulho desta Casa, pois aqui se debate e se vota favoravelmente ao povo de Minas Gerais. E votamos favoravelmente à Polícia Militar. Neste semestre, ficamos muito satisfeitos com a aprovação, nesta Casa, da extensão da licença-maternidade de 120 para 180 dias, um projeto de nossa iniciativa. Também realizamos aqui audiência pública para convencer as nossas autoridades de que era preciso dar à gestante, após o parto, seis meses de licença para que possa amamentar e acompanhar o seu filho nesse período, contribuindo, assim, para melhor formação psicológica da criança. Vimos esse projeto chegar nesta Casa, primeiro, por meio do nosso projeto de lei, depois, pelo projeto de lei do governo. Sensibilizamos o governo, que enviou a esta Casa projeto de lei que foi acoplado ao nosso. Convencemos os Deputados quanto a sua necessidade, e o projeto foi aprovado nesta Casa. Hoje as funcionárias públicas estaduais - serventes, professoras, policiais civis e militares - têm essa garantia. Todas já estão tirando proveito dessa lei com a licença-maternidade de 180 dias. Acredito que foi uma das leis mais importantes aprovadas neste semestre, e fico feliz por ter iniciado tudo isso nesta Casa. Hoje encerramos os nossos trabalhos com chave de ouro. Aprovamos o projeto de lei complementar para a Polícia Militar e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. A Casa está de parabéns; o Sr. Presidente está de parabéns. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Genaro - Sr. Presidente, falo pouco nesta Casa, mas, neste momento em que encerramos os nossos trabalhos para voltarmos daqui a 15 dias, quero dizer que contribuí e colaborei com a aprovação de muitos projetos ao longo deste mandato, principalmente nesses primeiros seis meses, para favorecer sempre a sociedade. Uma das coisas que me faz vir a este Plenário e aqui permanecer é quando realmente há projetos de importância social e quando percebemos que certa área da sociedade está sofrendo ou sendo passada para trás. Mas ainda temos muitas coisas para consertar. Na verdade, a sociedade é assim mesmo, consertamos, consertamos, mas sempre fica faltando alguma coisa. Quero dizer que, com muita satisfação, votei favoravelmente ao projeto em que os militares precisavam ser reconhecidos e ter um alento a mais para desempenhar suas funções. Estive conversando com diversos oficiais da Polícia Militar, recebi muitos telefonemas e disse a todos que foi um grande prazer aprovar esse projeto. Sabemos que o problema de segurança, no País e no nosso Estado, é um relaxo das autoridades governamentais, que valorizam certas áreas, mas deixam de valorizar a Polícia Civil e a Polícia Militar. O trinômio saúde, segurança e educação é mencionado em todas as eleições, mas parece que os governantes estão sempre deixando a desejar nessas áreas. Quando é que as áreas de educação, segurança e saúde estarão a contento do povo necessitado? Tenho presenciado cenas deploráveis de pessoas que esperam cinco, seis, sete anos para conseguirem submeter-se a uma cirurgia. Estou aqui hoje somente para dizer que votei favoravelmente

aos policiais militares; votei com prazer, porque merecem e precisam, assim como outras classes da nossa sociedade. Obrigado.

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, Deputado Sargento Rodrigues, demais Deputadas e Deputados desta Casa, votei favoravelmente à LDO. Registro que a legislação federal - por isso, a legislação estadual - prevê e garante transparência. O art. 39 da LDO estabelece que será assegurado aos membros da Assembleia o acesso ao Sifai para fins de acompanhamento e fiscalização orçamentária. Nosso Orçamento, Deputado Doutor Viana, não é impositivo, mas indicativo. Devemos caminhar para que seja impositivo, ou seja, a Casa vota, e os Executivos Federal, Estadual e Municipal cumprem o Orçamento. Temos de chegar a esse ponto. Enquanto isso não acontece, devemos acompanhar a execução orçamentária. Podemos votar, mas poderá não haver execução orçamentária do máximo estabelecido pela lei. Como Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública, reafirmamos a necessidade da prevenção, Deputado Sargento Rodrigues. Para a construção de uma cultura da paz, os profissionais de segurança devem ser valorizados, bem preparados. Houve grande avanço hoje, quando a Casa votou projetos que garantem aos policiais militares que têm curso superior o direito de serem valorizados pela Polícia Militar. Digo que é direito, porque é a valorização da categoria. Deputado Sargento Rodrigues, V. Exa. desempenhou um papel importante, com o apoio não só do nosso bloco, mas também da Comissão de Segurança Pública e de vários parlamentares desta Casa. Devemos acompanhar muito de perto a execução orçamentária, para que haja implantação de políticas públicas voltadas à educação, à saúde, à cultura, ao esporte e, fundamentalmente, à assistência social, a fim de que crianças e jovens tenham garantia de educação de qualidade, assistência na família e na escola. Dessa forma não seguirão o caminho da violência e das drogas, terão garantido o direito primeiro, que é o direito à vida. Decorrentes desse direito, virão todos os outros, ou seja, educação de qualidade, dignidade e cidadania. Faço apelo a todos os parlamentares desta Casa para acompanharmos de perto a execução orçamentária. É importante que não haja contingenciamento algum, barreira alguma para que os recursos, que são escassos para as necessidades do povo mineiro, sejam aplicados em sua totalidade. Sr. Presidente, quero deixar registrada outra questão. Não estou fugindo do assunto porque, ao falarmos sobre segurança pública, sobre os profissionais dessa área, não podemos nos esquecer das mulheres, que hoje estão tendo seus direitos cassados, desrespeitados, como está ocorrendo agora. Infelizmente, mais uma vez, um esportista famoso não respeitou sua companheira, uma mulher em sua vida, e a levou, pelo que tudo indica, à morte. Registro que nós, mulheres, devemos ficar unidas, para que nossos direitos sejam respeitados, para que as políticas públicas que garantem esses direitos sejam verdadeiramente implementadas. Obrigada.

#### Questão de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, não poderia ausentar-me deste Plenário no último momento deste primeiro semestre. Tivemos uma manhã vitoriosa para os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. Quero agradecer a presença dos policiais que aqui compareceram nas duas últimas semanas, fazendo uma demonstração do exercício da cidadania. Presenciamos, nesta Casa, um fato inédito, pois, hoje pela manhã, aqui estiveram cerca de 2 mil policiais militares e Bombeiros. Eles ficaram no cafezinho, nas galerias, no "hall" de entrada, ou seja, esta Casa foi visitada por um número jamais visto de policiais e Bombeiros Militares. Eles aqui acompanharam a votação brilhante do Projeto de Lei Complementar nº 61, que instituiu a exigência do bacharelado em direito, com acompanhamento da OAB, para o ingresso no curso de formação de Oficiais, e a exigência do curso superior para o quadro de praças da Polícia Militar. Quanto aos Bombeiros, conversamos com o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros, que nos disse estar preparando a Lei de Ensino, que será encaminhada a esta Casa assim que o recesso parlamentar terminar. Ele vai solicitar ao Governador que envie o projeto a esta Casa. O Bombeiro fará também o curso de graduação superior dentro da própria instituição, em que pese ao ingresso a exigência nível médio. Então teremos também um ganho na formação acadêmica dos Bombeiros Militares de Minas Gerais. Quero registrar a satisfação pela aprovação desse projeto e da Proposta de Emenda à Constituição nº 59. Estivemos neste Plenário, nestas duas últimas semanas, acompanhando a tramitação do projeto, nas comissões e em Plenário, pedindo aos Deputados que viessem compor o quórum. Graças a Deus, tivemos um final feliz, com a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, quando obtivemos 52 votos favoráveis. E gostaria de registrar, ainda, Sr. Presidente, que nossas galerias estiveram lotadas de praças e Oficiais. Estiveram aqui, pela primeira vez numa votação, na história deste Parlamento, do Soldado ao Comandante da Polícia Militar. Eles estiveram aqui acompanhando a votação. É a primeira vez que praças e Oficiais estiveram unidos aqui num único propósito. O Comandante-Geral da instituição, Cel. Renato Vieira de Souza, esteve presente desde o primeiro momento, acompanhando, ao lado dos praças e Oficiais, a votação dessa matéria tão importante, que vai mudar, de forma brilhante, os rumos da instituição Polícia Militar de Minas Gerais. A partir de 2011, para o ingresso na instituição, deverá ser exigido o nível superior para os praças; e para o ingresso no curso de Oficiais, o título de bacharel em direito, acompanhado com acompanhamento da OAB. Portanto, deixo registrada minha alegria e satisfação por ter participado, desde o primeiro momento, juntamente com nossas entidades de classe, dessa votação. Estava também acompanhando a votação o Maj. Ronaldo, Presidente da Associação dos Oficiais; o Subten. Luiz Gonzaga, Presidente da Associação dos Praças, Policiais e Bombeiros Militares; e o Cb. Coelho, Presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados. Portanto, todas as entidades de classe da Polícia Militar estavam presentes. Aqui estiveram o Comando e a tropa, numa demonstração de união. Por isso tivemos uma alegria muito grande com o que aprovamos aqui. Para encerrar, quero, de público, agradecer a todos os parlamentares desta Casa que nos ajudaram, votando favoravelmente ao projeto. E ainda convidar todos os policiais militares de Minas Gerais para a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, que será transformada amanhã, com a assinatura da Mesa, na Emenda Constitucional nº 83. Obtivemos essa informação da Secretaria-Geral da Mesa e, em nome do Presidente do Poder Legislativo, Deputado Alberto Pinto Coelho, convidamos todos os policiais militares de Minas Gerais a comparecerem ao Salão Nobre para a solenidade de promulgação da Emenda à Constituição nº 83, que exige a formação em curso superior para o ingresso na polícia e estabelece a carreira jurídica para os oficiais da Polícia Militar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, desconvoando a extraordinária de hoje, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

\* - Sem revisão do orador.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer de Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição Nº 59/2010

Comissão de Redação

A Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2010, apresentada por 1/3 dos membros da Assembleia Legislativa, tendo como primeiro signatário o Deputado Mauri Torres, acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 142 da Constituição do Estado.

Aprovada no 2º turno, com a Emenda nº 1 ao vencido no 1º turno, vem agora a proposta a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59/2010

Acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 142 da Constituição do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – O art. 142 da Constituição do Estado fica acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º:

"Art. 142 – (...)

§ 3º – Para o ingresso no Quadro de Oficiais da Polícia Militar – QO-PM – é exigido o título de bacharel em Direito e a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, realizado com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado de Minas Gerais.

§ 4º – O cargo de Oficial do Quadro de Oficiais da Polícia Militar, com competência para o exercício da função de Juiz Militar e das atividades de polícia judiciária militar, integra, para todos os fins, a carreira jurídica militar do Estado."

Art. 2º – O disposto no art. 1º não implica supressão, alteração ou acréscimo das competências constitucionalmente previstas para os órgãos de que trata o art. 136 da Constituição do Estado.

Art. 3º – Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de julho de 2010.

Luiz Humberto Carneiro, Presidente - Lafayette de Andrada, relator - Gilberto Abramo.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 14/7/2010

O Deputado Carlos Gomes\* - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana; Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores, telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia, ocupo esta tribuna para falar sobre a Universidade Federal de Viçosa - UFV - e, especificamente, sobre a Semana do Fazendeiro, evento realizado por essa Universidade há 81 anos.

A Universidade Federal de Viçosa originou-se da Escola Superior de Agricultura e Veterinária - Esav -, criada pelo Decreto nº 6.053, de 30/3/22, do então Presidente do Estado de Minas Gerais, Exmo. Sr. Artur da Silva Bernardes. Essa Universidade vem sendo avaliada como uma das melhores de Minas Gerais e do Brasil e tem reconhecimento de seu importante papel para o desenvolvimento do País, com sua destacada participação, principalmente, no desenvolvimento do agronegócio e da agricultura familiar. O Brasil - em especial, a Universidade Federal de Viçosa - é pioneiro no desenvolvimento tecnológico para a agricultura tropical no mundo e detém conhecimentos e tecnologias adaptados à realidade dos países em desenvolvimento.

Apesar de julho ser um mês tradicionalmente dedicado às férias, a Universidade Federal de Viçosa possui uma programação intensa, incluindo a Semana do Fazendeiro, que tem 81 anos de história. Participei da abertura desse evento, nesta segunda-feira, 12 de julho, com o Reitor da Universidade, Prof. Luiz Cláudio Costa; o Pró-Reitor de Extensão e Cultura, Prof. Gumercindo Souza Lima, e a Ministra da Agricultura de Angola, Florentina Bondo, que representava mais de 20 países africanos. Também estavam presentes o Prefeito Celito Francisco Sari, da cidade de Viçosa, a Presidente da Câmara Municipal, Vereadora Cristina Santos, e o Deputado Federal Paulo Piau.

O Deputado Padre João (em aparte) - Deputado Carlos Gomes, meu companheiro da Zona da Mata, natural da grande Jequeri e da grande Urucânia. A UFV é, de fato, uma referência para todo o Brasil, não só no tocante à agricultura e à pecuária, mas também em função de seus novos cursos. Embora receba o nome de Semana do Fazendeiro, esse evento apresenta muito da agricultura familiar, que é o que prevalece ali.

Cumprimento a direção da UFV, bem como V. Exa., por fazer essa reflexão que põe em evidência esse momento tão importante da Universidade para toda Minas Gerais, sobretudo para a Zona da Mata, em que se destaca a agricultura familiar. Houve um grande avanço. É verdade que houve um momento em que prevalecia somente a lógica do agronegócio, mas, hoje, pode-se perceber uma relação da UFV com os movimentos sociais, inclusive com o MST. Os dados estão aí. Mais de 70% dos produtos que chegam à mesa do brasileiro vêm da agricultura familiar. Assim sendo, é importante que se evidencie o evento que está ocorrendo esta semana na Universidade, com vários cursos, pequenas exposições e palestras. Este é um momento muito rico para os agricultores familiares da Zona da Mata e de toda a nossa Minas Gerais.

Parabéns por divulgar esse papel da UFV, que está avançando cada vez mais. Estendo o nosso reconhecimento à eficiente atuação do Presidente Lula, que estará aqui, em Minas Gerais, depois de amanhã, inaugurando novos câmpus da Universidade de Divinópolis, inclusive no Alto Paraopeba, entre Ouro Branco e Congonhas. Serão mais universidades, isto é, mais jovens mineiros terão acesso ao curso superior. Parabéns pelo pronunciamento.

O Deputado Carlos Gomes\* - Muito obrigado, Deputado Padre João. A abertura da Semana do Fazendeiro ocorreu nesta segunda-feira, dia 12 de julho, às 19 horas, no Espaço Acadêmico- Cultural Fernando Sabino. A estrutura do evento foi inovadora, pois desta vez os estandes contornaram todo o Prédio Arthur Bernardes, e o Espaço Multiuso ficou reservado para apresentações culturais e praça de alimentação.

A Semana do Fazendeiro é realizada pela Universidade Federal de Viçosa desde 1929, tendo sido criada pelo então Diretor da antiga Escola Superior de Agricultura e Veterinária - Esav -, Dr. João Carlos Bello Lisboa. Naquela primeira semana, participaram apenas 39 agricultores, e hoje esse evento conta com 1.400 agricultores e jovens rurais. Trata-se de uma atividade de extensão que objetiva difundir conhecimentos técnicos de diversas áreas de atuação da UFV, visando melhorar a produtividade rural e aumentar o bem-estar dos produtores rurais e de suas famílias.

Em 2010, a Semana do Fazendeiro completa 81 anos e tem como tema "Extensão rural: sustentabilidade e cidadania". Neste ano, são oferecidos cursos, consultorias técnica e tecnológica - prestadas por especialistas na 11ª Clínica Tecnológica UFV-Sebrae -, conferências, rodadas de negócios, exposições de máquinas, implementos agrícolas e insumos, feira de artesanato, diversas atividades culturais e, no dia de hoje, os participantes da 81ª Semana do Fazendeiro poderão participar da Troca de Saberes, um espaço para que compartilhem seus conhecimentos e experiências importantes para o campo.

Trata-se de uma oportunidade para a valorização das tradições, assim como dos novos conhecimentos, que ajudam as pessoas no seu cotidiano no campo. Os temas serão variados, abrangendo questões da cultura, manejos diversos, ecologia, etc. Estão inscritos no evento mais

de 1.100 participantes, com 206 expositores, 165 cursos e 39 clínicas tecnológicas. Está prevista a participação de aproximadamente 300 jovens rurais na II Semana da Juventude Rural.

Parabenizo os dirigentes da Universidade Federal de Viçosa, em especial o Reitor, Prof. Luiz Cláudio Costa; a Vice-Reitora, Profa. Nilda Ferreira Soares, e o Pró-Reitor de Extensão e Cultura, Prof. Gumercindo Souza Lima, grande responsável pela realização da Semana do Fazendeiro. Parabenizo também todos os professores, alunos, técnicos, agricultores e agricultoras e a juventude rural pela realização desse belíssimo evento, que há 81 anos começou com um número pequeno de participantes. Eram 39 participantes focados principalmente no agronegócio; hoje, porém, a Semana do Fazendeiro apresenta uma vocação para a agricultura familiar. É importante destacar que esse evento é da mulher rural, do homem rural, do jovem rural, enfim, de todos os trabalhadores rurais. Parabéns à direção da Universidade Federal de Viçosa, especialmente ao Prof. Gumercindo Souza Lima, grande responsável pela realização da Semana do Fazendeiro. Parabéns à Universidade de Viçosa e a todos os colaboradores. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, Srs. Deputados, Deputada Maria Tereza Lara, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos e cidadãs de Minas Gerais que acompanham esta reunião, ontem tive a oportunidade de falar sobre os números auspiciosos relativos à área social de Minas Gerais. No governo de Minas Gerais, o social, sem dúvida alguma, apresenta um aspecto que nos entusiasma. Os números que apresentei e compartilhei com esta Assembleia foram os do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Esta Casa acompanhou esses dados por meio de uma comissão especial.

O Presidente Alberto Pinto Coelho solicitou que acompanhássemos os números do Programa Nacional das Nações Unidas, especialmente aqueles oito pontos relativos aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Um deles é a erradicação da pobreza. Justamente sobre erradicar a pobreza no Brasil e em Minas Gerais, ontem tivemos oportunidade de tratar dos números absolutos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento dos Povos, que mostraram que o Estado reduziu pela metade sua pobreza durante os últimos anos. No entanto o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea - hoje apresenta sua análise da pobreza absoluta no nosso país e mostra a situação de Minas Gerais. Há estudos sobre a pobreza absoluta e sobre a pobreza extrema. É interessante que os números resultantes revelam a oportunidade de Minas Gerais acabar com a pobreza, com a miséria no nosso Estado, em futuro muito próximo - falamos de 2013. A pobreza extrema será extinta em Minas Gerais, e isso é, sem dúvida, motivo de comemoração. A população mineira - crianças, mulheres, homens e idosos, pois muitos lamentavelmente ainda vivem em situação de extrema pobreza - estará totalmente fora dessa situação em 2013. Não há dúvida de que esta é uma ação muito coordenada e firme do governo de Minas Gerais, não apenas desses oito anos do governo Aécio e do governo Anastasia, mas também de outros, que colaboraram para que tivéssemos essa notícia tão importante.

A decisão, especialmente deste governo, de ter uma secretaria especial, em 2013, para o Norte de Minas e o Jequitinhonha, que trate do São Mateus e do Mucuri, foi muito importante para que o Estado tivesse um olhar especial sobre essas regiões, que apresentam índices de extrema pobreza. Não há dúvida de que os números colhidos hoje estão ligados a esta ação, às iniciativas do governo do Estado, que tiveram grande apoio da Assembleia Legislativa. Vejo aqui o Deputado Carlos Pimenta, representando a bancada do Norte, sempre presente nas lutas dessa região, que infelizmente contribuía para esses números. Essas regiões tiveram atenção especial da Assembleia Legislativa, do Governador Aécio Neves e do Governador Anastasia. Lembremos aquele Programa de Redução da Pobreza, lançado no Jequitinhonha, no Norte de Minas, com recursos do Banco Mundial, que contou com grande presença da Assembleia Legislativa para a aprovação de projeto estruturador do governo do Estado. Então o Norte de Minas passou a ter projeto estruturador, com recursos definidos, liberados para as famílias pobres da zona rural do Norte de Minas, do Jequitinhonha, do Mucuri e do Vale do São Mateus.

É importante lembrarmos isso e também que esta Casa, por meio de luta muito grande, levou ao Norte de Minas e ao Jequitinhonha a Copanor, a Copasa com visão regional diferente, para coletar esgoto e ofertar água tratada, o que dá oportunidade para maior expectativa de vida, maior condição para que aquele pequeno agricultor familiar do Norte de Minas, do Jequitinhonha, da região do semiárido mineiro possa irrigar sua lavoura, sua plantação.

O governo deu atenção especial ao Jaíba, região que hoje já exporta banana para a Europa e para o mundo. Esta é, então, uma tarde de comemoração, pois vemos os números da área social em Minas Gerais.

Temos um governo social que investe nas famílias pobres. O programa estruturador Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas tem grande apoio desta Casa. Eu era Secretário de Desenvolvimento Social e Esportes quando se iniciou esse programa, que nasceu nesta Casa em 2003. Não é surpresa para nós, que o acompanhamos com olhar de adoração. Esperamos o melhor para nosso Estado, esperamos que a nossa população tenha pleno emprego e alimento, esperamos que os moradores da região semiárida recebam atenção do governo. Devemos comemorar.

Segundo análises do Ipea, entre 1995 e 2008, 12.800.000 pessoas saíram da pobreza absoluta no Brasil. Durante os governos Fernando Henrique Cardoso e Lula, praticamente 13 milhões de brasileiros saíram da pobreza absoluta. Além disso, outros 13.100.000 brasileiros superaram a pobreza extrema. É importante dizer isso a respeito dos governos do PSDB, do PT e do PMDB.

A pobreza extrema se caracteriza pelo rendimento médio "per capita" de até um quarto do salário mínimo por mês. Existe a previsão de que, até 2013, não teremos mais miséria em Minas Gerais. Repito: em 2013, Deputado Rômulo Veneroso, não teremos mais miséria em Minas Gerais. É isso o que aponta o estudo do Ipea, apoiado ainda pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento dos Povos. Temos de comemorar um governo que investiu no social. Aqui na Assembleia, eu e meus companheiros que apoiamos este governo comemoramos esses números auspiciosos.

Para continuar reduzindo a pobreza, o País precisa continuar mantendo a estabilidade monetária. Foi isso o que o PSDB fez e foi muito criticado. O partido endureceu, estabeleceu legislação forte para o controle dos gastos públicos. Mas agora a população brasileira está colhendo a firmeza do governo do PSDB, do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. O Brasil precisa continuar fazendo esse dever de casa, precisa ter cuidado com o dinheiro, precisa cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. O gestor público não pode gastar mais do que arrecada. É isso. É simples o que o PSDB fez e que permanece até hoje.

É importante também integrar e articular as políticas sociais com metas nacionais e estaduais. Não adianta, pois o governo federal não faz sozinho. Precisamos reconhecer a importância, por exemplo, do Sistema Integrado de Assistência Social - Sias - e do Sistema Único de Assistência Social - Suas -, que dependem dos Estados e dos Municípios. Portanto, é necessário integrar no nosso país essas políticas sociais com os níveis estadual e municipal. Além disso, deve haver instrumentos para monitorarem esse investimento e essa queda em relação à pobreza absoluta e extrema no País.

Em Minas, quanto à pobreza absoluta da população, a taxa caiu para 46,9% em 1995 - praticamente 47% da nossa população era pobre nesse ano -; e, em 2008, foi de 25,6%. Quanto à pobreza extrema, a taxa caiu para 21,1% - aliás, esses eram os números que havia em 1995 quando éramos colegas naquela legislatura na Assembleia Legislativa -; e agora, 13 anos depois, é de 9,3%. Precisamos comemorar e celebrar esses números. No entanto, ainda falta bastante. Devemos trabalhar muito, pois 9,3% da nossa população ainda é extremamente pobre e está na miséria. Se continuarmos com esses programas e essas articulações federais, estaduais e municipais, a previsão do Ipea é que em 2013 não

haverá mais miseráveis no Estado. Isso nos anima para que, na Assembleia Legislativa, continuemos com o nosso trabalho sério e a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental, fazendo o monitoramento dos programas estruturadores, que são importantes. Além disso, acompanharemos o trabalho da nossa Secretaria no Norte de Minas e no Jequitinhonha e da Copanor, que é fundamental para que tenhamos mais expectativa de vida e possamos dar condições para o nosso homem do campo no semiárido mineiro. É fundamental que a Assembleia Legislativa continue a ter esses dispositivos de monitoramento do trabalho do Executivo, que tem sido feito com muita atenção pelas nossas diversas comissões e pelo Plenário. E ainda que tenhamos um governo organizado, que não gaste mais do que tem e faça um investimento cuidadoso na vida das pessoas.

Sr. Presidente, precisamos continuar com esse nosso trabalho em favor da população mineira mais necessitada de saúde, das nossas crianças, dos nossos pais e avós. Além disso, Deputado Eros Biondini, grande lutador, precisamos recuperar os nossos jovens que lamentavelmente hoje entraram no caminho das drogas lícitas e ilícitas e que estão enchendo as nossas comunidades terapêuticas e as clínicas. É fundamental investirmos na recuperação desses jovens.

Conversei com o Governador Anastasia, que me assegurou - sei que ele também já falou sobre isso com V. Exa. - um investimento muito forte, no orçamento do próximo ano, para recuperação do usuário e do dependente de drogas. Esse investimento, que é fundamental para o nosso Estado, está ligado à saúde, à educação e à segurança pública. Celebro esse momento que Minas Gerais está vivendo na área social.

O Deputado Eros Biondini - Cumprimento o Presidente, Deputado Doutor Viana; as Deputadas e os Deputados; os amigos que nos acompanham das galerias; os servidores da Assembleia; e a equipe técnica que, durante o primeiro semestre deste ano da 16ª Legislatura, de forma brilhante, acompanhou os trabalhos nesta Casa com competência, qualidade e serenidade. Saúdo, ainda, os milhões de mineiros espalhados pelos 853 Municípios do nosso Estado, muitos dos quais acompanham a TV Assembleia que, durante todo o nosso trabalho parlamentar, representa um canal de comunicação estreito, à distância, dos representados com seus representantes.

Sr. Presidente, antes de iniciar meu pronunciamento, corroboro as palavras do Deputado João Leite e o elogio por trazer a todos nós essas informações tão importantes. Devemos comemorar. Parabéns, Deputado João Leite, que traz, a todos os mineiros, dados de prioridade absoluta, máxima. Como na doutrina social cristã, temos os pobres como opção preferencial. Isso significa que, enquanto houver miséria e desigualdade social gritante, não podemos descansar. Precisamos repensar a divisão de renda, o que nos propõe a Campanha da Fraternidade deste ano, que fala sobre economia, fraternidade e vida.

O Deputado João Leite, com a excelência e a competência de sempre, traz-nos dados fresquinhos, quentes. São novidades até mesmo para nós - por mais que estejamos envolvidos no processo. Ele vem nos mostrar o declínio, a redução da miséria. A nossa esperança, se Deus quiser, é de que até 2013 essa palavra seja erradicada do vocabulário em Minas Gerais. Complementando todo o esforço desses oito anos de trabalho do governo, esperamos conseguir, cada um com seu dom, talento, colaboração e contribuição, alcançar essa meta, que não é um sonho, mas um objetivo a ser perseguido. Parabéns, mais uma vez, Deputado João Leite, do fundo do coração. Essa informação que V. Exa. nos traz, talvez no penúltimo dia de nossas atividades antes do recesso, realmente coroa e fecha com chave de ouro nossos trabalhos nesta Casa.

V. Exa., como que sintonizado com meu coração e com o que me traz a esta tribuna, já iniciou meu pronunciamento. O que me traz aqui, Sr. Presidente, são dois grandes acontecimentos que ocorrerão em Minas Gerais nos próximos dias. Como representante dos movimentos sociais católicos - Renovação Carismática Católica, Canção Nova e outros -, trago a todos os mineiros informações acerca desses dois eventos muito importantes.

Hoje, inicia-se em Belo Horizonte, no Expominas, o Congresso Nacional da Renovação Carismática Católica. É uma conquista do povo de Minas trazer para Belo Horizonte a sede do congresso este ano. Milhares de pessoas virão dos 26 Estados, para participar de cinco dias de profunda reflexão sobre esse trabalho missionário e evangelístico. Esse movimento foi inspirado em um grupo de jovens universitários, há 40 anos, nos Estados Unidos. Por meio do livro "A Cruz e o Punhal", um pastor protestante, com os padres daquela universidade, fez nascer um novo jardim para o cristianismo. Esse foi o advento da renovação carismática católica, uma expressão nova da fé, a utilização dos dons e dos carismas. O movimento não ficou apenas nessa manifestação da espiritualidade. Passados esses 40 anos, a renovação carismática católica alastrou-se pelo mundo inteiro e hoje é uma das maiores responsáveis pelos trabalhos sociais dos movimentos e segmentos que fazem parte do contexto da evangelização mundial.

Depois de vários anos, o Congresso Nacional da Renovação Carismática será realizado em Belo Horizonte, e a abertura será hoje, às 20 horas. Haverá uma celebração com D. Walmor, D. Alberto Taveira e D. Luiz Azcona, da Ilha de Marajó. Serão cinco dias de profunda reflexão. D. Azcona nos trará uma experiência sofrida da missão carismática na Ilha de Marajó. Ele está em uma lista de jurados de morte, tal é sua luta contra a exploração sexual de crianças, a pedofilia e o tráfico de crianças. D. Azcona é um herói dos nossos tempos, doa sua vida e merece o nosso aplauso. Ele fará a última homilia no congresso, chamando os carismáticos à responsabilidade social de defender as crianças e os jovens. Teremos as pregações de Bispos, Padres e leigos, com a direção do Conselho Nacional da Renovação Carismática reunida em Belo Horizonte. Essa é uma conquista do povo de Minas, e todos os segmentos da sociedade e movimentos estão convidados.

O Deputado Antônio Carlos Arantes (em aparte)\* - Cumprimento o amigo, por ter adotado a bandeira da renovação carismática, da prática da fé, da esperança, da seriedade, do respeito ao ser humano, da valorização da família, da luta contra o aborto e contra a pedofilia. Tenho muito orgulho e satisfação de ser seu amigo e parceiro e estou ao seu lado levantando essa bandeira, não com a sua capacidade, pois é uma pessoa especial, mas como católico e cristão praticante, adepto à renovação carismática. Pessoas como nós conseguem estar de pé, tocar a vida e o trabalho e ocupar esse cargo como missão de transformação para melhorar a vida das pessoas graças à oração, às pessoas que oram com fé e seriedade, que colocam Deus à frente e que possuem bons projetos. Parabéns! Que Deus o proteja em sua caminhada na política. Precisamos muito de você na Câmara Federal, para termos mais condições de promover a fé, o cristianismo, porque, onde há fé, Deus está à frente e as coisas dão certo. Parabéns por esse grande trabalho!

O Deputado Eros Biondini - Obrigado e parabéns pelo aparte. Como homens públicos, representando nosso povo, não podemos prescindir da expressão da nossa fé. Existe um movimento disfarçado na defesa de um Estado laico que quer, praticamente, amordaçar os que expressam a fé. Precisamos ter liberdade religiosa no Brasil, todas as religiões precisam ser respeitadas e valorizadas.

Não podemos conceber que um projeto de lei ou proposta como a do Plano Nacional dos Direitos Humanos queira tirar os símbolos religiosos dos nossos plenários e das nossas repartições públicas. Ao contrário, para evitar os crimes hediondos que vemos todos os dias pela televisão e para trazer paz à população, o Brasil está precisando é de expressar a sua fé e de trazer Deus para dentro dos lugares públicos, para os quatro cantos do País. Precisamos, sim, expressar a nossa fé respeitando e valorizando uns aos outros e, é claro, sem qualquer tipo de perseguição religiosa. Aproveito para lembrar que, graças a Deus, conseguimos que se voltasse a usar o nome de Avenida Nossa Senhora do Carmo para aquela que havia sido transformada em Avenida Senhora do Carmo. Querer mudar o nome de uma avenida tão importante apenas por convicções religiosas é um equívoco pequeno e banal, mas voltamos a ter a nossa Avenida Nossa Senhora do Carmo. Fica, então, o convite para o Congresso Nacional da Renovação Carismática Católica, que abrange a todos nós, lembrando que trazer esse congresso nacional para Belo Horizonte neste ano é sobretudo uma grande conquista dos mineiros.

Outro acontecimento importante que será realizado no próximo domingo, dia 18, é a inauguração de mais uma unidade da Fazenda da Esperança, do nosso querido Frei Hans, amigo do Papa Bento XVI. Frei Hans esteve na unidade de Guaratinguetá. Agora, vai inaugurar a Fazenda da Esperança nº 70 - considerando-se todos os países em que há unidades da Fazenda da Esperança. Será um grande acontecimento

a se realizar no próximo domingo, na Diocese de Itabira, com a presença de D. Odilon e de todos os sacerdotes.

Frei Hans já está em Belo Horizonte, acompanhado do Néelson, um leigo também fundador da comunidade Fazenda da Esperança, entidade que tem sido quase recordista na recuperação de dependentes químicos. Realmente, os altos índices de recuperação daqueles que estão dependentes do álcool e de outras drogas nos dão grande esperança. Também temos visto e acompanhado de perto as quase 300 fazendas de recuperação existentes no Estado de Minas Gerais, e, como bem lembrou o Deputado João Leite, o ex-Governador Aécio Neves e o Governador Anastasia priorizaram no Orçamento, por meio da Subsecretaria de Políticas Antidrogas, a política pública para dar àqueles que são vocacionados à recuperação dos nossos jovens melhor condição para que mais pessoas possam ser recebidas ali, já que, infelizmente, a demanda é cada vez maior e crescente. É certo que, além do trabalho de prevenção, temos de pensar na recuperação, e hoje as fazendas de recuperação estão cada vez mais organizadas e estruturadas. Agora temos essa novidade, com a inauguração da Fazenda da Esperança em Itabira no próximo domingo, dia 18.

Frei Hans chegou hoje de uma viagem ao exterior, quando conseguiu, no Vaticano, o reconhecimento pontifício. Isso significa que a Fazenda da Esperança, que hoje já está presente em mais de 30 países, se não me engano, foi reconhecida como um bem para a humanidade, já que esse é o significado do reconhecimento pontifício de uma obra para a humanidade. Ou seja, esse trabalho é além-fronteiras; tem atingido e salvado vidas em todos os países: na Alemanha, na França, na Inglaterra etc. Em todos os lugares onde há uma unidade da Fazenda da Esperança, estamos levando, como diz o próprio nome, esperança a milhares de famílias.

Repito: no próximo domingo, mais uma luz se acenderá no Estado de Minas Gerais em relação à esperança para as famílias mineiras, com a inauguração da unidade de Itabira da Fazenda da Esperança.

Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, a unidade da Fazenda da Esperança em Itabira será considerada a matriz, a unidade-mãe, pois está sendo muito bem elaborada. Muitos técnicos e psicólogos darão o suporte não apenas aos internados, mas às unidades de Minas Gerais. A Fazenda da Esperança será inaugurada no próximo dia 18 e será a central das demais fazendas do Estado. Posso citar a de Poté, que é feminina, a de Três Marias, Guarará, ao lado de Juiz de Fora, Coromandel e, agora, a de Itabira. Como o próprio nome diz, essa Fazenda trará esperança a cada um de nós, a nossas famílias e aos jovens acometidos pelo mal das drogas.

Acredito que hoje, ao final deste primeiro semestre de trabalho, trago importantes notícias às famílias mineiras: fé, esperança e restauração. Hoje e amanhã trabalharemos intensamente e esperamos votar importantes projetos para que realmente terminemos a 16ª Legislatura, ao final de dezembro, como uma das assembleias mais atuantes e como os Deputados mais atuantes também. Sr. Presidente, muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores, abordarei um assunto que incomoda muito a população de Montes Claros. No entanto, antes disso, queria relatar uma experiência que vivi hoje. Ao chegar à porta da Assembleia, deparei-me com um carro de som fazendo uma manifestação praticamente isolada sobre o projeto de lei da mata seca, que foi discutido e aprovado nesta Casa e se encontra nas mãos do Governador Anastasia para ser sancionado. Por alguns minutos escutei a fala de uma manifestante posicionando-se contra o projeto aprovado. Disse que esta Casa aprovou uma lei que, na verdade, destruirá a mata seca, o cerrado do Norte de Minas. Com absoluta certeza, as pessoas que estão agindo dessa forma estão erradas. Deputado Doutor Viana, na semana passada recebi em meu gabinete um saco de papel contendo carvão, em alusão à posição dos Deputados, principalmente os do Norte de Minas. Dizem que transformaremos essa região num verdadeiro deserto e que, com a aprovação do referido projeto, a mata seca e o cerrado serão transformados em carvão. Não há absolutamente nada disso. É verdade que aquela região ficou paralisada vários anos. Se ainda há qualquer pedaço de conservação de mata no Estado de Minas Gerais, como mata nativa ou florestas, encontra-se no Norte do Estado. Há mais de 54% de cobertura vegetal nativa no Norte de Minas; em contrapartida, o Triângulo Mineiro possui pouco mais de 7% e o Sul de Minas pouco mais de 8%. As ações deveriam ser direcionadas às regiões que promoveram essa verdadeira derrubada de matas nativas. As ações deveriam forçar o Triângulo Mineiro e o Sul de Minas a replantar, pelo menos para cumprir a legislação, com a preservação de 20%. Se tivéssemos este ímpeto de destruir nossas matas, o Norte de Minas não teria hoje 54% de preservação nativa do território norte-mineiro. Das 16 áreas de preservação ambiental oficiais do Estado e da União, 14 estão no Norte de Minas. O governo federal decreta a criação de área de preservação ambiental - APA -, não indeniza ou pouco indeniza os produtores nativos e não se preocupa com a conservação destas matas, destas áreas de preservação. O que estão falando é uma inverdade. Estão tomando posição num momento importante, eleitoral, talvez para intimidar o Governador Anastasia a não sancionar o projeto aqui votado. Deveriam ir ao Norte de Minas para observar de perto o que está acontecendo com os pequenos proprietários rurais. A maioria dos proprietários do Norte de Minas são pequenos proprietários de terra, onde se pratica a agricultura de subsistência, diferentemente do Triângulo Mineiro, que transformou a agricultura numa só plantação, as monoculturas. Esses pequenos proprietários estão impedidos de plantar seu quintal de milho, para comer e matar sua fome. O pior é que há silêncio por parte desta turma que não conhece a realidade do Norte de Minas. Os grandes proprietários de terras das regiões mais ricas, que as devastaram para crescer, tornando-as regiões muito mais desenvolvidas que o Norte de Minas, estão comprando as terras do Norte de Minas a preço vil, vergonhoso, criando áreas de preservação compensatória do que destruíram no Sul de Minas e no Triângulo Mineiro. Pelo preço de 1 alqueire de terra no Triângulo Mineiro, compram-se 200 alqueires no Norte de Minas. Estão criando as áreas de preservação, compensando o crime ambiental que fizeram contra suas regiões já desenvolvidas, em que a cobertura vegetal nativa não chega nem a 7%. Fico triste com observações desta natureza. Devo ter recebido mais de 500 "e-mails" de pessoas se posicionando contra nossa atitude. Certamente são pessoas que não conhecem a realidade do Norte de Minas, Deputado Doutor Viana, só enxergam o Norte de Minas por meio dos mapas e não sabem a miséria e as dificuldades pelas quais passa a população daquela região. Não queremos entrar em polêmica. O projeto foi amplamente debatido e discutido nesta Casa. Se o Governador não quiser sancioná-lo, o projeto virá para a Casa e aqui será promulgado, porque traz justiça social e devolve ao pequeno produtor o direito de plantar para comer e não morrer de fome. Deveríamos ter ampliado o projeto e obrigado os grandes proprietários de terra, os latifundiários, a replantar o que destruíram no Sul de Minas e no Triângulo Mineiro.

Deputado Doutor Viana, outro assunto que quero tratar nesta tarde, aproveitando a presença do Deputado João Leite, é o que estamos vendo, há quase um mês ou mais, na grande imprensa nacional, a grande mídia: o caso do Bruno, ex-jogador do Flamengo. Não quero entrar em detalhes, mas ele se envolveu num crime, e ainda não foi encontrado o corpo da modelo, sua ex-namorada. A imprensa chamou a atenção, os envolvidos na questão dos direitos humanos manifestaram-se e as Polícias Civil e Militar se viraram. Com isso, parece-me que o caso está sendo elucidado. Em Montes Claros, há um caso de um rapaz chamado Chiquinho Despachante, pai de família. Desde 30 de dezembro do ano passado, esse cidadão saiu de sua casa, despediu-se da sua família e nunca mais foi visto. A polícia montes-clarense tem cobrado uma solução, foi realizada audiência pública na Câmara Municipal, trouxemos esse caso aqui e solicitamos tratamento especial para o caso do Chiquinho Despachante de Montes Claros. Há várias reportagens aqui dos jornais "Hoje em Dia", "O Tempo" e "Estado de Minas": "Chiquinho Despachante continua desaparecido"; "Interior de Minas tem diversos desaparecimentos sem explicações". Gostaríamos que houvesse igualdade de tratamento. Não é pelo fato do Bruno ser uma celebridade no meio esportivo que o caso envolvendo-o não mereça todo esse aparato, esse tratamento especial e todo o superesforço do povo mineiro, da sociedade e das Polícias Civil e Militar. Temos de dar um tratamento igualitário. Chiquinho Despachante foi candidato a Vereador em Montes Claros. A sua família, esposa, filhos, e o povo de Montes Claros gostavam desse cidadão e clamam para que alguma coisa seja feita, que seja destinada uma força-tarefa a Montes Claros. O "Jornal de Notícias", de Montes Claros, talvez um dos mais lidos em toda a cidade e Norte de Minas, iniciou uma campanha para saber a realidade, chamando a atenção da Polícia Civil, cobrando explicações, posicionamentos, como o que estamos fazendo neste momento, e uma ação das Polícias Civil e Militar sobre o caso, não somente por se tratar de um pai de família, homem pobre, mas também porque era uma pessoa que tinha o seu nome escrito na cidade.

Nós, montes-clarenses, estamos cada vez mais magoados com esse fato, estamos incomodados. Queremos que a justiça seja feita em sua plenitude. Vamos solicitar oficialmente, João Leite, à Comissão de Direitos Humanos, e de maneira muito especial a V. Exa., que realiza um trabalho muito sério, amigo, companheiro, justo, tem credibilidade, que promova uma ação por meio das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública para que haja pelo menos uma luz nesse caso. Não é possível que um cidadão desapareça dessa forma, sem mais nem menos. Não tivemos nenhuma notícia, não há nada sobre esse caso, apenas um silêncio profundo. Queremos que a campanha do "Jornal de

Notícias" de Montes Claros encontre respaldo nesta Casa e com a Polícia Civil. Com certeza existem muitos outros chiquinhos despachantes por esta Minas Gerais. Quando um membro da família, o cabeça da família, um pai, um homem, um amigo, um companheiro, desaparece dessa forma, é importante que haja pelo menos alguma ação dessa natureza.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Carlos Pimenta, estou acompanhando o pronunciamento de V. Exa. com muita atenção, pois seus pronunciamentos sempre contribuem muito para Minas Gerais, graças à sua atuação tão firme. Fico preocupado com essa notícia que V. Exa. traz. Quando fomos a Montes Claros com a Comissão de Segurança Pública, em um esforço que temos feito de ir às 18 Regiões Integradas de Segurança Pública - Risps -, ficamos muito impressionados, e sabemos que isso também se deve ao trabalho de V. Exa. junto ao governo do Estado. Montes Claros mudou seus números relativos à segurança pública, que eram muito graves. A cidade chegou a estar entre as mais violentas de Minas Gerais, mas agora está transformando completamente isso. Sem dúvida, essa realidade é fruto do trabalho dos Deputados da Assembleia e do governo do Estado, da Polícia Militar e da Polícia Civil. Montes Claros tem algo muito interessante, e tivemos contato com isso naquela audiência: o aumento da violência especialmente por causa da ligação com a BR-116, a Rio-Bahia, em virtude das pessoas que vêm dos outros Estados. Também nos chamou a atenção, Deputado Carlos Pimenta, o número baixíssimo de efetivos da Polícia Rodoviária Federal na região. Isso é um escândalo. Temos lá a Polícia Federal, mas sabemos que, infelizmente, a cidade hoje está vulnerabilizada pela ausência de um efetivo da Polícia Rodoviária Federal que a represente. Como Presidente da Comissão de Segurança Pública, coloco-me à disposição para trabalharmos junto a V. Exa. lutando pela busca de informações e pela elucidação do caso do Chiquinho Despachante. Estamos à disposição para contatar a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Civil e a Polícia Militar. Parabéns.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço o aparte de V. Exa. Tinha certeza de que encontraríamos esse apoio por parte de V. Exa., Presidente da Comissão de Segurança Pública. Iniciaremos esse novo movimento para que o povo de Montes Claros e, principalmente, a família de Chiquinho Despachante tenha informações concretas acerca do que aconteceu. Sr. Presidente, também somos testemunhas do avanço da segurança pública na nossa cidade. Esse é um caso isolado, mas a verdade é que precisamos de um tratamento igualitário com os que estão na mídia, efervescentes. Trata-se de uma pessoa humilde, mas que tem o carinho e a lembrança do povo de Montes Claros. É preciso darmos explicação à sociedade e à sua família. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

## 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

### Discursos Proferidos em 15/7/2010

**O Deputado Irani Barbosa\* - Sr. Presidente, farei uso da palavra deste microfone, aqui embaixo, porque ele é mais confortável que o nosso ali de cima. Sr. Presidente, hoje, pela undécima vez, fomos citados pelo jornal "Estado de Minas", useiro e vezeiro em mentiras. Poderíamos até agradecer a esse jornal porque foi em razão das matérias inverídicas veiculadas por ele que se criou o "Hoje em Dia", jornal que tem sido, a cada dia, mais confiável aos mineiros. Não só agradeço ao "Estado de Minas", que, por outras inverdades e mentiras de alguns de seus participantes, que realmente poderíamos dizer que têm ficha suja, criou também o jornal "O Tempo", que hoje tem uma tiragem de mais de 100 mil exemplares diários. Poderíamos agradecer ao jornal "Estado de Minas", que, por suas inverdades, por sua facilidade com a corrupção e o achaque, criou o jornal "Super", que hoje tem uma tiragem de mais de 400 mil exemplares diários. A mentira é deprimente e tentam caluniar-nos. Mas isso sempre foi assim, à exceção de quando tínhamos o jornal "Diário da Tarde", que, por falta de leitores e de credibilidade, foi extinto. Ali havia jornalistas como o Bandeirinha e o Bandeirão, que falavam verdades. Hoje temos os Batistas da vida, que não sei se aguentam uma investigação na sua vida, e os Ezequieis Fagundes da vida, que também não sei se aguentam uma investigação. Eu mesmo tenho um processo contra o jornal "Estado de Minas", de direito de resposta, já ganho sem nenhuma possibilidade mais de recurso, mas que eles não publicam. Tenho certeza de que, com as mudanças feitas no Judiciário, isso terá perna curta e vai acabar. Porém hoje o jornal "Estado de Minas" exacerbou, quando disse: "Alvo de inquérito de corrupção no Supremo Tribunal Federal, o ex-Deputado Estadual Irani Barbosa, do PMDB, tenta reeleger-se, sendo barrado por ter sido condenado pelo Tribunal Regional Eleitoral, em razão de ter-se recusado a depor em processo eleitoral".**

**Sr. Presidente, não sei se digo que fui vítima. Eu realmente fui condenado pelo TRE por não ter comparecido a um julgamento que já era extinto. Queriam ouvir-me depois da extinção do processo.** Todos têm conhecimento e, a partir de hoje, entra no ar o "site" iranibarbosa.com.br. Daqui a alguns dias, entrará o iranibarbosa.com, que ajudará bastante, talvez mais que o iranibarbosa.com.br. Dessa forma, voltaremos a dizer o que precisa e deve ser falado. Quando o jornal diz que estou sendo processado em um inquérito por corrupção, esse inquérito é contra o Deputado Carlos Willian, tanto que ele está sendo processado no Supremo Tribunal, por obra e graça de dois Promotores, nossos conhecidos adversários, cujos nomes prefiro evitar citar, pois são muito insignificantes. Aliás, são parceiros desse jornal de achaque, que hoje é denominado "Estado de Minas", mas que deveria chamar-se talvez Município de não sei onde, lá do cabrobó, pois é tão pequeno, tem tão pouca tiragem, que só serve mesmo para ficar sobre as mesas de alguns lugares. Aliás, devo lembrar que, em meu gabinete, estou pedindo a extinção da assinatura dessa porcaria, porque ninguém mais o lê. Entretanto ele é utilizado por alguns Deputados desta Casa, que são até mais vagabundos que o próprio jornal "Estado de Minas" e que, diante da incompetência que têm para realizar as coisas, utilizam isso para dizer que não sou candidato, etc. Sou candidato, sou Deputado, tenho de agradecer ao Governador Aécio Neves essa gentileza, mas sou Deputado ainda e candidato. Há um processo em que o Promotor, o Procurador Eleitoral faz a impugnação da candidatura. Fez da minha, como fez a de mais de 600 candidatos em Minas Gerais. Querem colocar-nos como se fôssemos corruptos. Nunca tirei empréstimo no BDMG e deixei de pagar; nunca transformei uma empresa de tratores em uma empresa de TV; nunca fiquei sócio de uma concessionária e depois a vendi por R\$24.000.000,00; nunca chateei ninguém; então como posso ser corrupto? Mas colocam-nos nas páginas do jornal para fazer sensacionalismo. Agora mesmo me telefonou esse Sr. Ezequiel. Quando a pessoa faz parte de um bordel, tem lá seus motivos. Esse cidadão me telefonou perguntando se eu seria candidato contra o meu filho. Por que não perguntaram ao Deputado Antônio Genaro, que tem um filho candidato a Deputado Estadual, se o filho dele era candidato contra ele? É encomenda contra o Irani? Quem está pagando isso? Um senhor cujo nome tem 14 letras. Quando passar este período, iremos trazer a verdade à tona para que todos saibam que esse senhor, que tem 14 letras no nome, é um ímprobo, que me persegue talvez desde a época em que fui candidato a Prefeito de Belo Horizonte e criei incômodos a algumas pessoas. Ora, o jornal "Estado de Minas", que não tem hoje o número de leitores que tem o jornal do Marco Aurélio Carone, que alguns até pensam que sou eu quem financio - aliás, até gostaria, Carone, de financiar o seu jornal, porque ele, de vez em quando, tem muita coisa boa; há muita coisa que não presta, mas há muita coisa boa, embora alguns não queiram dar credibilidade a ele...

Então, há muita coisa neste Estado com que o jornal "Estado de Minas" deveria preocupar-se. Mas, como se trata de um jornal pautado, de encomenda, que recebe para perseguir A ou B, faz esse tipo de coisa. Estará no meu "site" todo o processo em que me arrolaram junto a esse vagabundo do Deputado Federal Carlos Willian, em quem, aliás, uma vez tive o prazer de dar uma surra bem dada no avião. Ele ficou 48 horas no CTI, mas o desgraçado ainda conseguiu sair de lá. A vida tem essas nuances.

Pelo que já falei nesta Casa, obviamente tenho alguns desafetos em alguns órgãos, que usam de artimanhas para me atingir. Na ditadura, Deputado Doutor Ronaldo, era muito bom. Eu era do MDB e brigava contra ela, mas sabíamos contra quem brigávamos. Hoje não, hoje é democracia. Os interesses falam mais alto. Hoje uma verba polpuda de publicidade compra a opinião, a dignidade, a decência, principalmente um jornal desses, que está sucumbindo por esse tipo de atitude. Isso já não vale mais neste país, porque, graças a Deus, temos a internet, que, em 1 minuto, tira as dúvidas de todos e faz um contraponto. Talvez seja isso que esteja incomodando aqueles que não souberam adaptar-se às mudanças, a esses novos tempos.

A minha vida não tem nada de sujo não. Denuncio vagabundo sim; denuncio quem desvia verba pública ou verba de publicidade desta Casa -

está tudo amoitado e ninguém fala nada -; denunciei quem desviou dinheiro do fundo de pensão dos Deputados - caso que também foi abafado -; denunciei casos muito graves que a porqueira desse jornal não teve a decência de publicar sequer nas entrelinhas. Então não posso respeitá-lo.

Se hoje sou candidato e fui condenado por não comparecer ao julgamento, a tal carta precatória que mandaram para Belo Horizonte... Não compareci na primeira vez porque tinha feito uma cirurgia odontológica e tive uma infecção, mas justifiquei-me. Na segunda vez, eu estava em missão oficial pela Assembleia Legislativa em Nova Iorque. Mostraram isso, mas a intenção não era julgar o processo, e sim o danado do Irani, que tem a língua solta. Pensaram: "Vamos calar a boca do danado desse homem, que não tem nada, não tem rabo preso. Por isso vamos calar a sua boca". E esse jornal sem-vergonha vem falar que sou ficha suja. Mas ficha suja são os donos do jornal, seus diretores e boa parte de seus jornalistas, que vivem achando. Uma vez denunciei, desta tribuna, uma jornalista que vivia achando, e depois tiveram de calar a sua boca porque não puderam falar nada.

Essas coisas nos deixam constrangidos, Sr. Presidente, mas gostaria de dizer que nada melhor que o tempo. Esse jornal vem recebendo dinheiro há muito tempo para difamar minha família. Mas, como disse, não temos rabo preso. Podemos não ter trânsito no meio de autoridades que se comparam no final com um conluio e às vezes protegem verdadeiros criminosos. Não vi nenhuma matéria nessa grande porcaria dos mineiros hoje, que ainda está de pé graças aos achaques do passado e do presente contra aqueles que saíram na revista "IstoÉ", que denunciou com provas pessoas corruptas e carimbadas. Onde está a cara deles aqui nessa porqueira? Não está. Esse jornal é uma porcaria, é um jornal de achaque, que recebe para publicar matéria de encomenda.

Tanto houve erro no julgamento que o próprio TSE me concedeu liminar no "habeas corpus", com prejulgamento de mérito. Tenho a certeza e a confiança de que hoje essa mudança que vem ocorrendo no Brasil, por meio do Conselho Nacional de Justiça, que tem patrulhado quem não quer adotar o caminho da verdade e da correção e está sendo punido, é muito importante. O meu caso ainda não foi levado a esse Conselho, mas, dependendo da necessidade, podemos levá-lo, não há problema algum. Quem tem vida limpa não precisa ter receios. Se meu filho é candidato, esse é um problema dele, que é maior e vacinado. Não tenho de dar satisfações a uma porqueira de um jornal como esse, que se considera o grande jornal dos mineiros. Hoje ele é uma porqueira que só atende a interesses, muitas vezes escusos, e participa ativamente de grandes processos de corrupção no Estado.

Portanto quero dizer que sou candidato, sou Deputado, e o jornal "Estado de Minas" já não é quase mais nada. Daqui a alguns dias, terá uma turma de excluídos até da sociedade, pois, no dia em que não tiverem mais essa porqueira nas mãos para publicarem alguma coisa, serão perseguidos, tendo em vista que ameaçaram e achacaram muita gente e não cumpriram com o papel que o cidadão tem de cumprir neste país.

Agradeço a V. Exa. e aos meus pares a paciência. O Deputado Irani Barbosa, Carteira de Identidade M-3.914.032, CPF 082757486-49, está à disposição de todos.

Entrarei hoje com mais um processo criminal contra esses senhores proprietários - proprietários não, porque ali ninguém é dono de nada, apenas uma turma de achacadores que inventou um condomínio para ficar com sobra.

Aliás, o grande provedor e patrocinador era o Governador de Brasília, que foi cassado por corrupção e colocou dinheiro na meia, na cueca e tudo mais. Hoje, desesperados, estão atendendo a interesses escusos para fazerem esse tipo de coisa.

Este é o meu recado aos diretores e a esses jornalistas da porqueira desse jornal: falem bem ou mal, mas falem de mim. Não tenho rabo preso, não sou condenado nem ladrão e tenho ficha limpa porque sou honrado e honesto, assim como minha família, o que não se pode falar da família Estado de Minas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 19/7/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Chico Uejo

exonerando José Ramos Borges do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Juliana Pereira Soares do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

nomeando Erik Francy de Paiva Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

nomeando Filipe Henrique de Assis Siman para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

#### Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

nomeando Carolina Brandão Rocha Vilela para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Zezé Perrella

exonerando Vicente Vilela Costa do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

nomeando José Vilela Costa para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de



Pessoal desta Secretaria:

exonerando Daisy Daniela de Barros da Silva do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01;

exonerando Joaquim Procópio de Mesquita do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01;

nomeando Ester Dias de Souza para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

#### Decisão da 1ª Secretaria

O Primeiro-Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, considerando, ainda, recomendação do senhor Diretor-Geral, firmada com base no artigo 63, XXII, da Resolução nº 3.800, de 30/11/85, e nos termos das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5198, de 21/5/01, e 5.295, de 15/12/06, resolve designar o servidor José Geraldo de Oliveira Prado, matrícula, 3343/0, para substituir o titular da Diretoria-Geral, Eduardo Vieira Moreira, enquanto durar o seu afastamento por motivo de férias regulamentares, a partir de 19/7/10.

Palácio da Inconfidência, em 15/7/10.

Deputado Dinis Pinheiro, 1º-Secretário.